

UDR ameaça matar sindicalista goiano

A guerra camponesa de Canudos
Não houve sobreviventes. Prisioneiros decapitados. Página 9



Antônio Conselheiro foi desenterrado pelos militares para ser decapitado

Divino Goulart, líder dos trabalhadores rurais goianos, presidente da Fetaeg, recebeu um telefonema anônimo dizendo que "nós da UDR já contratamos pistoleiros para eliminá-lo". Com estranhos rondando sua casa e pressionando a família, o jovem sindicalista é vítima potencial da violência latifundiária que já fez mais de 200 mortos só em 1986.

Página 10

PC do B-SP faz balanço da campanha

Com um encontro de avaliação e uma passeata que reuniram mais de 2 mil militantes, o partido se prepara para a reta final rumo ao dia 15. Pág.3



A passeata dos comunistas se dirige à Praça da Sé

EDITORIAL

Na reta final

A campanha eleitoral chegou na fase decisiva. Até aqui as classes dominantes trataram de colocar as disputas para os governos estaduais em primeiro lugar, deixando de lado o debate sobre a Constituinte. Principalmente nos programas de TV, as estrelas são os candidatos a governador. Os candidatos a deputado aparecem rapidamente, sem nenhuma proposta, limitando-se a pedir o voto. Mas nestas duas semanas o interesse pelos candidatos proporcionais tende a crescer. O eleitor quer definir uma chapa completa para sufragar em 15 de novembro. O instrumento de campanha mais procurado será o modelo da cédula eleitoral.

Os comunistas levam uma certa vantagem nesta hora, apesar de não contarem com o poder econômico dos partidos burgueses. Desde o início os candidatos do PC do B cuidaram principalmente de difundir suas teses para a Constituinte. Apareceram como candidatos de propostas concretas e não homens que prometem qualquer coisa para agradar os eleitores. E esta diferença se faz sentir na aceitação popular. Apesar de todas as pressões existentes, os homens simples do povo vão identificando os seus legítimos representantes.

Mas nesta reta final a chave é popularizar os nomes, sem deixar obviamente de associá-los com as propostas progressistas. O eleitor viu os programas de TV, leu folhetos de propaganda, participou de reuniões e comícios. E a experiência comprova que as massas trabalhadoras identificam a diferença de conteúdo das idéias de luta do PC do B e manifestam simpatia por elas. Entretanto, os nomes mais veiculados, pela enorme quantidade de cartazes e outros materiais pagos a peso de ouro, são os dos candidatos ricos. Urge portanto fazer com que os nomes dos candidatos populares apareçam.

Em neste esforço concentrado mais uma vez os comunistas contam com uma força que a burguesia não dispõe. É a capacidade de mobilizar um grande número de ativistas que trabalham sem medir sacrifícios para eleger os candidatos ligados ao povo. E de reproduzir a campanha nos próprios bairros com trabalhadores e donas-de-casa que, alertadas para a disputa com os poderosos, fazem de sua casa um pequeno comitê de campanha, dedicam-se a ganhar os parentes e os amigos, distribuem material de propaganda com os vizinhos. É hora de colocar todas estas forças em estado de mobilização e amarrar o máximo de votos.

A campanha nesta fase tem duas características. Por um lado a concentração dos esforços em áreas prioritárias. Amarrar os votos nos bairros e nas fábricas onde já se tem certa penetração. Não dispersar forças. Por outro lado, nestas áreas, promover o máximo de iniciativa dos comitês para incorporar o maior número de pessoas no trabalho prático.

Apesar da arrancada final de campanha exigir muito trabalho para entregar o modelo de cédula às grandes massas, seja de casa em casa nos bairros, seja de mão em mão nas fábricas e locais de grande concentração, torna-se necessário gastar um certo esforço para preparar a fiscalização tanto da votação como da apuração. É sabido que a burguesia não vacila em fraudar a vontade do povo e muito candidato perde a eleição na hora da contagem. Existem inclusive casos de candidatos com pouca votação que vendem seus votos, que são transferidos no mapa eleitoral para o comprador. O esforço da campanha não termina portanto no dia 15. É preciso garantir que os votos conquistados sejam efetivamente computados para quem foram dirigidos.

Ilustração: Sindicato dos Químicos SP

Argentina redefine papel dos militares

Nova lei nega às Forças Armadas o direito de se meter em política interna - uma questão em debate também no Brasil. Pág.2

Penúria e greves na crise das PUC's

A Igreja, proprietária das Universidades Católicas, quer subsídios estatais e diverge dos alunos e professores. Pág.6



Superpatrão perde pontos com passeata sob pressão

Antônio Ermírio força seus empregados a fazer passeata eleitoral, mas perde pontos até dentro de suas próprias empresas. Operários e seus sindicatos denunciaram as pressões e repudiaram a "passeata da indignação". Página 3

Nicarágua leva política de Reagan ao banco dos réus

O julgamento do piloto norte-americano Eugene Hasenfus, capturado pelo exército sandinista no último dia 5, quando transportava armas para os "contras", pode contribuir para revelar ao mundo a extensão da intervenção dos EUA na América Central. Ao lado do mercenário, no banco dos réus, aparece a administração Reagan e sua política de desestabilizar o governo nicaraguense.

"Iremos até o fim para determinar as relações de Hasenfus com o governo norte-americano". Com essas palavras, o ministro da Justiça da Nicarágua resumiu, no dia 20 - quando apresentou ao Tribunal Popular Anti-somozista as peças de acusação contra o piloto -, o tom do julgamento. Mais do que castigar um mercenário que trabalhava para os "contras", os sandinistas pretendem expor internacionalmente o nível de envolvimento da Casa Branca nas atividades contra-revolucionárias.

Neste aspecto, Hasenfus tem se mostrado uma "mina de ouro". Ao ser preso, tinha em seu poder uma credencial de assessor militar dos EUA em El Salvador, lotado na base aérea de Ilopango. Em suas primeiras declarações, o piloto disse acreditar que trabalhava sob direção da CIA, através de uma companhia de aviação fictícia mantida como fachada do serviço secreto norte-americano. Hasenfus chegou a identificar o exilado cubano Max Gomes como sendo o homem da CIA que coordena as atividades de apoio aos "contras" em Ilopango - Gomes trabalhava sob orientações do gabinete do vice-presi-

dente norte-americano, George Bush.

Os porta-vozes da Casa Branca e do Departamento de Estado apressaram-se em negar as confissões de Hasenfus - "um homem com problemas", segundo o subsecretário de Estado para assuntos interamericanos, Elliott Abrams -, "um cidadão privado", conforme a versão oficial. Os EUA acusam a Nicarágua de obter as declarações "sob pressão" - um eufemismo para tortura. Mas Hasenfus se repetiu diante das câmeras das redes norte-americanas de TV NBC e CBS, além de confessar-se "culpado".

Ao mesmo tempo em que tenta se eximir de qualquer participação no episódio, a administração Reagan diz "aprovar" o "gesto corajoso" do piloto de "ajudar os combatentes da liberdade". Mas o diário "New York Times", no último dia 23, revelou a existência nos EUA de uma "rede secreta" de apoio aos contra-revolucionários nicaraguenses, envolvendo também "cidadãos privados" e governos de outros países. A "rede" seria coordenada pelo subsecretário Abrams, e sua parte operacional estaria a cargo do diretor da CIA, William Casey, e do

tenente-coronel Oliver North. No mesmo dia, o "Miami Herald" revelava que seriam instaladas bases da CIA em Honduras para centralizar a distribuição da ajuda norte-americana aos "contras".

Para completar o quadro, no dia seguinte Reagan assinou a autorização para o início da entrega de 100 milhões de dólares em ajuda militar e humanitária aos somozistas nicaraguenses - oficialmente, 70 milhões em armas e munições, que incluirão mísseis antiaéreos, artilharia e até aviões e helicópteros. Curiosamente, a distribuição desta "ajuda" foi definida oficialmente como "secreta", ficando a cargo da CIA, sob supervisão do Departamento de Estado, através do subsecretário Abrams...

ENVIO DE TROPAS

Nos dias que se seguiram a estas decisões, a Nicarágua denunciou uma manobra norte-americana para utilizar como pretexto o julgamento de Hasenfus e romper relações diplomáticas, possibilitando assim envolvimento direto de tropas norte-americanas no conflito. Ao mesmo tempo, 500 "boinas verdes" realizavam em Honduras, próximo à fronteira nicaraguense, manobras conjuntas de "contra-insurgência" com o exército hondurenho.

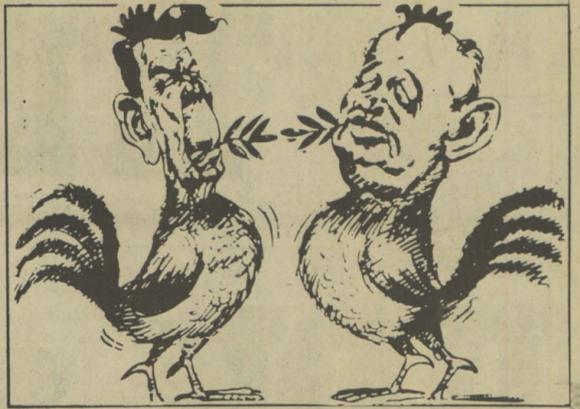
O envolvimento norte-americano no Vietnã, na década de 60, teve características seme-

lhantes ao atual processo da América Central. Washington nunca declarou guerra ao Vietnã do Norte. Oficialmente apenas mantinha "assessores militares" no Vietnã do Sul - situação que existe hoje em Honduras e El Salvador. As tropas dos EUA estavam proibidas pelo Congresso de participar diretamente dos combates, tal como hoje. A administração Reagan vem repetindo até agora, na América Central, a política das guerras não declaradas.

SOLIDARIEDADE

O julgamento de Eugene Hasenfus tem permitido aos sandinistas demonstrar à opinião pública mundial o caráter agressivo e direto da participação dos EUA no conflito nicaraguense. Se não constitui novidade, tem servido pelo menos para alertar setores políticos norte-americanos menos direitistas, provocando certa divisão interna - o Congresso chegou a apreciar propostas que exigiam de Reagan explicações sobre as atividades da CIA na região.

O governo nicaraguense poderá aproveitar as declarações de Hasenfus e a cobertura internacional do caso para tentar deter a agressão do país, ainda que por algum tempo. Para tanto, será decisiva a solidariedade de todo o mundo ao direito da Nicarágua à sua autodeterminação, ao lado da coesão dos nicaraguenses em torno de sua revolução. (SQ)



Albânia acusa superpotências ao falar na ONU

Reiz Malile, presidente da delegação da República Popular Socialista da Albânia à 41ª sessão da Assembleia Geral da ONU fez um pronunciamento no órgão dizendo, entre outras coisas:

"Hoje em dia a política das superpotências é cada vez mais baseada na força das armas, na chantagem nuclear. A luta entre os Estados Unidos e a União Soviética pela superioridade militar deu um impulso sem precedentes à corrida armamentista. Em seu objetivo de conquistar a supremacia, os dois países esforçam-se febrilmente para inventar, produzir e colocar em posição armas sempre novas e com crescente poder de extermínio.

"A militarização do espaço vem se transformando no eixo de uma nova corrida armamentista. Os programas espaciais de 'guerra nas estrelas' tendem a transformar a estratosfera numa verdadeira praça de armas de onde estas potências agressivas pretendem atacar nosso planeta e a humanidade".

Mais adiante Reiz Malile afirma que os meios de comunicação buscam apresentar de forma enganosa a diplomacia de encontros, conversações, propostas e contra-propostas entre os dois super-grandes como se esta fosse a única forma de salvar o mundo de uma catástrofe nuclear: "No debate geral que ocorreu no ano passado nesta mesma sala da Assembleia Geral da ONU - disse ele - discutiu-se muito, e inclusive num tom otimista, o objetivo americano-soviético de novembro de 1985. É bem possível que no encontro de Genebra as duas partes tenham feito concessões mútuas, com vantagens para ambas. Mas podemos afirmar com segurança que ele não produziu nada a favor da paz. Pelo contrário, logo após do que se convencionou chamar 'o espírito de Genebra', o mundo assistiu um recrudescimento da agressividade e das provocações norte-americanas no golfo de Syrtes ao ponto de, a pretexto da luta contra o terrorismo, ocorrerem graves atos de agressão contra a Líbia, Estado soberano, membro da ONU. A paz ficou comprometida no Mediterrâneo e inclusive mais longe.

"A delegação albanesa defende a posição de que os problemas que inquietam os povos, sejam eles localiza-

dos ou internacionais, não podem ser deixados exclusivamente nas mãos das duas superpotências. Não podemos permitir que o papel da comunidade internacional e da ONU seja reduzido a um mero pano de fundo nos cenários preparados pelas superpotências.

AMANTES DA LIBERDADE

"Assim como todos os Estados amantes da liberdade, a RPS da Albânia é contra a corrida armamentista e contra o aumento dos orçamentos de guerra das potências imperialistas. Ela defende um verdadeiro desarmamento.

"O continente europeu é uma das principais zonas de confronto interimperialista. Como afirmou o camarada Ramiz Alia, primeiro secretário do PTA, a Albânia é um país da Europa e como tal está vivamente interessada em tudo que ocorre em seu continente... As divisões, cisões, tensões e confrontos entre os diversos países deste continente têm sua raiz em sua participação nos blocos militares das duas superpotências. Nosso ponto de vista é que somente a oposição decidida ao imperialismo norte-americano e ao social-imperialismo soviético, a liquidação dos blocos militares e a retirada de armas atômicas e tropas estrangeiras da Europa podem assegurar a paz neste continente.

"Os EUA e a URSS transformaram o Mediterrâneo num mar militarizado. A RPSA sempre foi hostil à presença de frotas das duas superpotências na região. Jamais aceitará bases navais estrangeiras nem facilitará o abastecimento destas frotas em seus portos".

REIZ DE ESTADO

Reiz Malile denunciou a política expansionista de Israel no Oriente Médio e apoiou a luta do povo palestino por seus direitos.

Mais adiante o discurso critica a presença de tropas soviéticas no Afeganistão, apoiou também a luta dos nambios e demais povos africanos por sua libertação.

Referindo-se à América Central, Reiz Malile denunciou "a situação de guerra não declarada dos EUA em relação à Nicarágua".

Finalizando, o chanceler albanês pronunciou-se contra a onda de terrorismo no mundo, "condenando firmemente os que a transformaram em política de Estado".

As confissões do agente Hasenfus impulsionam uma ofensiva nicaraguense na luta pela opinião pública



Argentinos põem militares no devido lugar

Apesar das pressões das Forças Armadas, o Senado argentino aprovou, no último dia 23, por 22 votos contra 11, a nova lei de defesa do país, que contraria a Doutrina de Segurança Nacional. A lei atribui aos militares apenas a função de defesa da pátria nos casos de agressão externa e não mais o combate ao "inimigo interno", principal argumento dos ditadores militares para justificar truculências contra a população civil em países como a Argentina, Brasil, Chile, Bolívia e Paraguai.

A nova lei de defesa argentina retorna assim à Câmara dos deputados - onde já foi aprovada, em agosto do ano passado - para ser novamente discutida (foram realizadas algumas pequenas emendas no Senado) e votada nos próximos meses.

A "REPÚBLICA EXEMPLAR"

Logo após ter sido aprovada pela Câmara, no ano passado, o Congresso começou a ser pressionado para incluir na nova lei de defesa a atribuição das Forças Armadas de intervir nas situações de conflito interno para garantir "a ordem e a tranquilidade". A Aeronáutica, em um documento divulgado em agosto passado, afirma que a defesa nacional "excede o marco das agressões de origem externa" para incluir também "a ação contra o terrorismo, o narcotráfico, o delito organizado e a possível infiltração ideológica dissolvente que pode ser disseminada no meio educacional e cultural".

Idealizada nos colégios milita-



As atrocidades da Junta Militar, 30 mil vezes assassina, levaram à nova lei de defesa do país

res dos EUA, na década de 60, a Doutrina de Segurança Nacional justificou golpes militares em vários países latino-americanos. Na Argentina apesar de ter sido imposta pelo general Juan Carlos Onganía, a partir de 1966, a Doutrina de Segurança Nacional justificou as maiores barbaridades a partir de 1976, com o golpe militar encabeçado pelo general Jorge Rafael Videla. O propósito militarista do "novo" governo de Videla foi claramente esboçado no "Plano Político", então elaborado pelo Ministério do Planejamento:

"Fundar uma Nova República forte, unida, justa, livre, solidária, limpa, exemplar. As Forças Armadas devem ser um elemento de combate contra a guerrilha e o terrorismo, eficaz cirurgião que extirpe o mal em todos os setores e extratos sociais, eficaz governante que conduza com acerto e prudência a nave do Estado e, finalmente,

deverem ser construtoras e pais da Nova República".

Um dos autores do segundo plano político da ditadura militar - que na essência era igual ao primeiro, evitando apenas os seus excessos de linguagem -, o general Iberico Saint-Jean, deixou para a história a definição de repressão, aplicada eficazmente na longa noite de horror vivida pela nação argentina até 1982: "Primeiro mataremos todos os subversivos, depois seus colaboradores, logo seus simpatizantes, em seguida aqueles que permanecem indiferentes e, finalmente, mataremos os tímidos". Em nome da Segurança Nacional, assim foi feito: cerca de 30 mil tombaram, vítimas desarmadas da feroz repressão à "subversão comunista".

CONTAS NA SUIÇA

Enquanto os "inimigos internos" - entre eles as organizações

trabalhistas - eram silenciados, a soberania do país era entregue aos credores internacionais e às multinacionais (que também receberam facilidades excepcionais para obter empréstimos no Exterior destinados a investimentos especulativos no setor financeiro, transferindo suas dívidas em dólar para o Estado). A dívida argentina que era de 5 bilhões de dólares no início do governo militar, saltou para 38 bilhões, quando da redemocratização do país.

Bernardo Lischiensky, economista argentino e um dos realizadores do filme "Argentina: um povo entre dívidas e culpados", divulgado no ano passado na Europa, estima que a metade da dívida contraída pelo setor privado durante a ditadura militar está no Exterior, devido à fuga de capitais. Outros cerca de 20 bilhões de dólares, em contas particulares na Suíça - a minoria argentina que se locupletou com o poder ditatorial.

Greve de 40 mil negros nas minas sul-africanas

Mais de 40 mil mineiros negros da África do Sul entraram em greve no domingo, dia 26, paralisando as minas de ouro de Kloof, Deelkraal e Doornfontein, pertencentes à empresa Goldfields. O movimento visa fazer com que a Goldfields aceite as reivindicações salariais dos mineiros, que em outras grandes empresas do setor chegaram a conseguir aumentos de até 23% durante a presente campanha salarial. Segundo um representante do Sindicato Nacional dos Mineiros, NUM, os trabalhadores de três outras minas pertencentes à mesma companhia foram forçados a voltar ao trabalho depois que a segurança interna da Gold-

fields atacou uma assembléia com disparos de balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo.

A mineração de ouro e diamantes constitui a principal fonte de divisas do país, e a grande riqueza que faz com que a minoria branca insista em manter seu regime racista, apesar da escalada dos protestos populares. Os operários negros das minas eram impedidos de se organizar em sindicatos até 1984. Desde aquele ano, o NUM já organizou três greves na categoria, como parte da impressionante onda de mobilizações de massas que a violência racista já não consegue debelar.

A Tribuna faz 7 anos

A Tribuna Operária completa nesta edição o seu sétimo ano de existência. Quebra com isso um recorde de longevidade entre os jornais alternativos brasileiros. Mesmo assim, continua com os olhos postos no futuro, buscando, na classe que lhe dá o nome, as energias e os caminhos para servir cada vez melhor à causa libertadora dos explorados pelo capital.

Não foi por acaso que a data escolhida para o número 1 da Tribuna, 7 de novembro de 1979, coincidiu com o aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro de 1917. Era uma homenagem aos operários russos que haviam começado a erguer, sobre as ruínas do capitalismo, uma sociedade sem explorados nem exploradores. Era também uma maneira de sublinhar, como afirmava o artífice da Revolução de Outubro, Vladimir Lênin, que não existe autêntico movimento de massas sem imprensa de massas.

A LUTA DE IDÉIAS

A luta entre as classes sociais se dá no plano econômico, no político, mas também na esfera das idéias. Nenhuma classe oprimida consegue se libertar sem constituir a sua ideologia, o seu arsenal teórico, a sua visão própria sobre o mundo, a sociedade e a forma de transformá-la. Da mesma forma, as classes dominantes mostram um zelo todo especial na manutenção do seu domínio ao nível da ideologia.

A Tribuna busca, na medida de suas forças, municiar a classe operária e seus aliados precisamente para esta luta de idéias. Enquanto os grandes órgãos de comunicação, jornais, revistas, rádios e televisão escondem seu caráter de classe burguês atrás de uma aparência supostamente imparcial, a Tribuna proclama, sem rodeios, seu compromisso com os trabalhadores. É sob este prisma que vem acompanhando, semana por semana, os acontecimentos destes anos tão ricos de ensinamentos para o movimento operário e popular.

Primeiro foram as jornadas finais e decisivas da resistência à ditadura: as grandes greves, a luta contra o arrocho e o desemprego, o ascenso da mobilização democrática que culminou com a campanha das diretas-já e a eleição de Tancredo Neves. Depois veio a fase da transição democrática, também eivada de conflitos, desembocando agora na Assembléia Constituinte, que é

igualmente uma arena de confronto entre as forças do conservadorismo e as do progresso político e social.

Em cada uma de suas páginas, o papel de um jornal como a Tribuna é ajudar o povo a fazer sua própria experiência, tirar lições dos acontecimentos, acumular forças no plano de sua consciência e organização. Não é uma tarefa fácil. Um jornal operário só sobrevive enfrentando enormes obstáculos, a começar pela pobreza de recursos, passando pela concorrência desleal com os monopólios da grande imprensa, até as perseguições e provocações, em nome da lei ou à margem desta. Por isso, cada aniversário da Tribuna é como uma conquista a ser comemorada pelos milhares de trabalhadores que, de diversas formas, garantem a existência do jornal.

EVOLUÇÃO E DESAFIOS

Ao longo destes sete anos, a Tribuna Operária foi evoluindo: passou de quinzenário a semanário, incorporou uma seção de cultura e esportes e outra dedicada a artigos de fundo. Também no futuro ela precisa dar novos passos avante. O movimento operário e popular, consideravelmente amadurecido nos últimos anos, reclama uma imprensa de nível cada vez mais elevado. O clima de relativa liberdade que o país passou a viver permite alcançar um número de leitores substancialmente maior do que antes. Além disso a corrente de opinião que a Tribuna espelha em suas páginas passou a ter um raio de influência incomparavelmente superior ao que tinha sob a ditadura.

Tudo isso exige um jornal maior e melhor, feito de análise, polêmica e reportagens vivas, capaz, por exemplo, de acompanhar cada passo da batalha estratégica que será a Assembléia Nacional Constituinte. É este o desafio que se apresenta, neste oitavo ano de sua existência, para a Tribuna Operária e todos os brasileiros e brasileiras que a utilizam como uma ferramenta para transformar nosso país.



Charge da passeata publicada no Sindiluta, órgão do Sindicato dos Químicos de São Paulo

Operários criticam a passeata da Indignidade

No dia 23 de outubro os jornais de São Paulo noticiaram a realização de uma "passeata da dignidade" a favor de Antônio Ermírio de Moraes, candidato ao governo e dono do grupo Votorantim, que reúne 97 empresas com um total de 57 mil operários e um patrimônio líquido de C\$ 12 bilhões. O ato seria uma realização espontânea dos operários em apoio ao patrão.

Vale lembrar que no dia 2 de outubro os 690 operários do setor de rayon da Nitro Química entraram em greve para que o setor fosse interditado para evitar o envenenamento diário que vinham sofrendo com diversos gases que podem inclusive provocar a morte, dependendo de sua concentração. A fiscalização da DRT acabou fechando o setor no dia 6 de outubro devido a um mandado de segurança impetrado pelo Sindicato dos Químicos. A interdição foi recebida com festa pelos operários que trabalhavam, segundo eles mesmos, numa "verdadeira câmara de gás", onde muitos produtos ultrapassavam os limites de tolerância. É o caso do dissulfeto de carbono, cujo cheiro se sente intensamente nas proximidades da empresa. O nível de tolerância é de 47mg por metro cúbico e a média na Nitro é de 73 mg por metro cúbico.

A insalubridade na Nitro Química tem fácil explicação: só esta empresa do grupo deverá ter um faturamento de cerca de 100 milhões de dólares este ano (30% a mais que no ano passado). O setor de rayon representa 40% deste total... Quando fica com conjuntivite o operário recebe um colírio anestésico. E enfrenta o gás sem sentir até ser afetado por uma doença grave.

O descontentamento da "grande família Votorantim" também é grande no setor do cimento. Segundo folheto do sindicato dos trabalhadores da categoria, "a Perus é a empresa que menos paga a seus operá-



Fachada da Nitro Química: os operários pediram para não aparecer...

rios entre as empresas do setor". Diante desses dados resta perguntar como a passeata "espontânea" reuniu 25 mil operários, segundo a "Folha de São Paulo" (Antônio Ermírio preferiu anunciar 50 mil na televisão).

QUEM FOI NA PASSEATA?

Na Nitro, operários em hora de almoço fornecem algumas explicações, mas pedem para não ser identificados e perder o emprego: "O que você faria se o chefe passasse recolhendo as 'chapinhas' de quem ia?" - perguntou um operário do setor de fiação e rayon.

Provavelmente este mesmo medo de ser identificado levou a maioria dos operários da Nitro, da Perus e demais empresas a comparecer à passeata. "Só não foi quem trabalhava em setor considerado essencial ou que tinha alguma justificativa - afirma outro operário. Eu mesmo estava doente. E tive que trazer atestado para provar".

Um operário que trabalha há 11 anos na Nitro afirmou que "os patrões alugaram ônibus da Santa Rita e outras empresas. Dizem que ao todo 650 no Estado. Mas eu, que estava de folga no dia, vi no bairro em que moro (São Miguel) diversas kombis convidando o pessoal

para ir à Praça da Sé. Quem ia ganhava condução, camiseta e faixa. Muita gente foi passear de graça, a turma é pobre..."

Quanto às faixas, um operário foi taxativo: "Isso foi coisa dos chefes. Dava para ver que estava tudo organizado, bem feito. A gente não sabe fazer assim. Aliás ofereceram um 'aumento' de C\$ 120 para quem distribuisse propaganda eleitoral do Ermírio. Ninguém aceitou. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento, Sidnei Fernandes Luz, disse que o mesmo ocorreu na Perus, com idêntico resultado. E agrega: "Quem não quis receber dinheiro para fazer propaganda, não iria fazer de graça, muito menos 'espontaneamente'".

Funcionários do escritório central da firma também denunciaram que foram pressionados a ir à passeata: "Entendemos que quem não fosse perdia o emprego. Todos receberam camiseta, cartazes e faixas".

Um operário da Nitro completou: "Queremos aumento, mas com dignidade. E vimos muitos companheiros serem demitidos porque disseram que eram do PMDB ou do PT. Levaram 'justa causa'. Esta é a dignidade que o Grupo Votorantim disse que defende".

(Olivia Rangel)

PC do B-SP avalia campanha

O Partido Comunista do Brasil entrou na reta final para as eleições em São Paulo realizando, sábado, dia 25, um encontro para passar em revista suas forças, na Câmara dos Vereadores, seguido de uma passeata até a Praça da Sé. Com mais de 2 mil participantes, a reunião evidenciou um panorama positivo para a campanha do partido no Estado.

O crescimento da candidatura Orestes Quércia junto ao eleitorado é um elemento importante deste quadro, em que o PC do B aparece ao mesmo tempo como beneficiário e impulsor. Convidado a usar da palavra, o presidente regional do PMDB e candidato a vice-governador, Almino Affonso, frisou: "A virada se deu quando o povo ganhou a rua, quando as portas de fábrica se fizeram uma tribuna. E nesta luta, eu quero dar um testemunho, o PC do B jogou um papel excepcional."

"Como presidente do PMDB de São Paulo - disse ainda Almino -, quero dizer aos companheiros do PC do B que, naquilo que eu possa influir, a nossa aliança não termina no dia 15, para que nós possamos fazer com que o governo de São Paulo seja um instrumento de transformação."

AURÉLIO PESQUISA

O deputado comunista Aurélio Peres, em sua intervenção, pôs em evidência uma particularidade desta sucessão estadual. "Eu tive a curiosidade - disse - de pesquisar a história política de São Paulo e não



Após a reunião dos comunistas, a passeata até a Praça da Sé

encontrei um momento como este; é a primeira vez que um governador vai ser eleito sem o apoio da grande burguesia, mas com o apoio dos operários, dos trabalhadores rurais, das donas-de-casa".

O deputado, que saiu da ferrentaria da Caló, onde trabalhava como operário, para a Câmara Federal e hoje pleiteia seu terceiro mandato, referiu-se também às diferenças entre o PC do B e o PCB, que se tornaram bem mais claras para o povo nesta campanha. Sem citar nominalmente os pecebistas (cuja direção aderiu à candidatura Antônio Ermírio), Aurélio afirmou: "O PC do B é um partido que tem idéias claras, sabe o que quer, que tem uma direção que não veio para atender interesses de grupos, mas para conduzir a luta do povo. Por isso, é um partido que não se divide, e que vai conduzir o povo brasileiro à vitória final".

Com a perspectiva favorável na disputa sucessória, o partido se concentra com atenção redobrada nas suas candidatu-

ras proporcionais. Representado hoje por Aurélio Peres, na Câmara Federal, e Benedito Cintra, na Assembléia Legislativa, ele pretende eleger dia 15 "uma poderosa bancada federal e estadual" como foi dito por vários oradores na reunião.

"A TAREFA ESSENCIAL"

Na opinião de Antônio Neto Barbosa, presidente estadual do partido, esta não é uma tarefa fácil mas "nosso partido é um partido afeito aos desafios". Para isto Barbosa considera que "a tarefa mais essencial é a mobilização de todas as forças partidárias para intensificar a campanha", nos 310 municípios que esta atinge atualmente. E não faltaram exemplos de mobilização, como o de Geraldo Moreira, candidato a deputado estadual entre os bóias-frias do noroeste do Estado: ele veio de sua cidade para a capital de trem, aproveitando os 650 km e as 14 horas da viagem para levar suas propostas aos passageiros, de vagão em vagão.

Povo na rua, com Moreira

A passeata da Aliança Popular e Democrática no Rio, dia 23, foi a mais límpida resposta às intenções do governador do PDT, Brizola, de impedir manifestações populares da oposição na campanha fluminense. Cerca de 100 mil pessoas tomaram a Avenida Rio Branco para demonstrar seu apoio a Moreira Franco e aos partidos que compõem sua aliança eleitoral.

Foi uma gigantesca demonstração de força da corrente de opinião progressista e democrática. A multidão gritava slogans em defesa do congelamento de preços e do confisco do boi e em protesto contra os sonegadores e os métodos violentos que vêm sendo adotados pelo candidato oficial, Darcy Ribeiro, para tentar impedir a vitória de Moreira Franco.

RESPOSTA A BRIZOLA

Os ministros da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, e do Trabalho, Almir Pazzianotto; o governador de São Paulo, Franco Montoro; e o presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, compareceram no comício. A apresentação ficou por conta dos atores Mário Lago e Maitê Proença - a atriz aproveitou para anunciar seu apoio à candidata do PC do B à Assembléia Legislativa, Vândira Feghali, Moreira Franco, em seu discurso, enfatizou a defesa da democracia e criticou o comportamento direitista de Leonel Brizola.



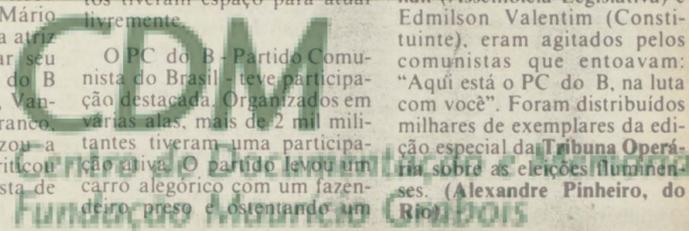
Os 12 partidos que apoiam Moreira conviveram democraticamente no ato

A presença de dezenas de milhares de pessoas foi uma vibrante resposta à ameaça do PDT de impedir que a campanha de Moreira continuasse nas ruas. A caminhada-comício restituiu a tradição democrática do Rio de que a avenida Rio Branco e a Cinelândia não têm dono. Foi marcante também o caráter de unidade mantido pelas diversas forças que compõem a Aliança Popular e democrática. Os cabos eleitorais de todos os 1.500 candidatos tiveram espaço para atuar livremente.

O PC do B - Partido Comunista do Brasil - teve participação destacada. Organizados em várias alas, mais de 2 mil militantes tiveram uma participação ativa. O partido levou um carro alegórico com um fazendeiro preso e ostentando um

crachá da UDR. Duas cabeças de boi davam suporte a uma faixa exigindo "Prisão dos sonegadores". Os militantes gritavam: "O povo, na praça, conquista o boi na raça"; e "Sai, sai, teu latifúndio é no Uruguai" - referindo-se a Brizola.

Terminando o comício, o PC do B ainda realizou uma passeata na contramão da av. Rio Branco em direção à sede de seu Diretório Regional. Bandeiras vermelhas, estandartes com os retratos de Jandira Feghali (Assembléia Legislativa) e Edmilson Valentim (Constituinte), eram agitados pelos comunistas que entoavam: "Aqui está o PC do B, na luta com você". Foram distribuídos milhares de exemplares da edição especial da Tribuna Operária sobre as eleições fluminenses. (Alexandre Pinheiro, do Rio)



Oposição tem preferência do eleitorado alagoano

A campanha eleitoral em Alagoas vai chegando à reta final, já com uma clara tendência do eleitorado, refletida pelas pesquisas. A candidatura do deputado Fernando Collor ao governo do Estado, pela coligação PMDB-PC do B, disparou na dianteira. Já é visível o sentimento de vitória oposicionista que anima o povo.



Eduardo Bomfim e Fernando Collor: candidaturas com grande penetração no seio do povo

Tudo indica que está chegando ao fim o domínio exercido ininterruptamente há mais de 20 anos pelas oligarquias reacionárias sobre a política alagoana, atualmente através do PDS e PFL e nos últimos 12 anos simbolizado pela dupla Divaldo Suruagy-Guilherme Palmeira. Palmeira é o presidente nacional do PFL e candidato a governador pelo partido, que vem amargando um contínuo declínio na campanha, agravado por denúncias comprovadas de tentativas de sabotagem eleitoral.

CONSTITUINTE

A campanha para a Constituinte, em razão de fatores diversos, não tem conseguido polarizar tantas atenções quanto a eleição para governador. Entretanto, também vem despertando o interesse da população. É a maioria das previsões indicam como praticamente certa a vitória de uma bancada majoritariamente oposicionista no Estado, compreendendo um bom número de parlamentares identificados com bandeiras democráticas e progressistas. Entre eles, destaca-se o candidato a deputado Eduardo Bomfim, cuja candidatura desde o início da campanha é apontada como um dos pontos fortes do PMDB.

De caráter marcadamente popular, a candidatura de Bomfim é apoiada por um imenso número de ativistas e vem recebendo adesões a cada

dia maiores por todas as regiões de Alagoas. Sustentado por setores reconhecidamente respeitados e combativos do movimento popular e por forças políticas como o PC do B (que não lançou candidatos próprios e apóia o PMDB), Eduardo Bomfim tem eleitores em todas as faixas da população.

Os candidatos a deputado estadual que compõem o bloco popular e apóiam Bomfim também são lideranças saídas das lutas do povo e conhecidas em todo o Estado: Alba Correia, presidente da poderosa e combativa Associação dos Professores de Alagoas; Luciano Barbosa, jovem engenheiro de Arapiraca, com uma campanha baseada nos estudantes e trabalhadores de diversas regiões do Estado; Claudionor Araújo, presidente do Sindicato dos Bancários, que tem apoio de expressiva parcela do movimento sindical alagoano.

SENADO

Para o Senado, nas últimas semanas aumentou a esperança do PMDB eleger seus candidatos para as duas vagas em disputa, desbancando o ex-governador Divaldo Suruagy (PFL), cuja candidatura até bem pouco tempo atrás era conside-

rada imbatível. A subida de Fernando Collor nas pesquisas está puxando a votação dos candidatos oposicionistas a senador, que por si só já compunham uma chapa bem forte.

Os dois candidatos apoiados pelos movimentos populares, Mendonça Neto e o Teotônio Vilela Filho, vão conquistando dia a dia a preferência do eleitorado. Para isto contribuem certos fatos políticos de grande repercussão na campanha que evidenciam um bom desempenho dos candidatos oposicionistas.

Foi decisivo também para a arrancada final do PMDB e das oposições a posição do governador José Tavares, que é do PFL mas rompeu publicamente com esse partido e decidiu manter-se à margem da disputa, declarando que seria um magistrado nesses eleições. Recentemente, ele proibiu expressamente o uso da máquina administrativa em favor dos candidatos Guilherme, Suruagy e seus seguidores.

A gota d'água que precipitou seu rompimento com o PFL foi a conduta do ministro da Educação e chefe do PFL a nível nacional, Jorge Bornhausen, que chegou a Alagoas com vultosos recursos para determina-

das prefeituras, passando por cima do governo estadual e obrigando os prefeitos beneficiados a apoiarem o PFL. O governador, na frente do ministro e diante de microfones e câmeras, anunciou seu rompimento com o partido dos liberais, levantou-se e sequer foi acompanhar Bornhausen até a porta do palácio.

FRAUDE DESCOBERTA

Outro fato importante que repercutiu favoravelmente às oposições na campanha foi o "estouro" de uma gráfica onde o PFL vinha imprimindo modelos falsificados de cédula eleitoral, com os nomes e números de candidatos a governador trocados, exceto os do PFL. O objetivo era confundir os eleitores em prejuízo do PMDB, que junto com o PC do B, porém, denunciou a falcatura à Justiça Eleitoral. O TRE ordenou uma batida policial no local, o dono da gráfica revelou que boa parte do material já estava sendo distribuído e, ainda, que a "encomenda" foi feita por Luciano Goes (assessor direto de Guilherme Palmeira) e pelo candidato a deputado estadual pelo PFL Rubens Peixoto. O inquérito está em andamento. (da sucursal)



Uma das regiões mais pobres do mundo

Campanha de Bené enfrenta a UDR no Jequitinhonha

O Vale do Jequitinhonha é uma das regiões mais pobres do Brasil e mesmo do mundo e abriga uma população de aproximadamente 945 mil habitantes, representando 6,16% da população do Estado de Minas Gerais. Existem na região 25 áreas de conflito pela posse da terra. Entre abril de 1984 e julho de 1985 foram assassinados 12 camponeses nestas disputas.

No Vale, 16.616 propriedades têm menos de 10 hectares cada uma, ocupando uma área total de 89.455 hectares. Enquanto isso, 613 propriedades, com mais de mil hectares cada uma, ocupam 1.541.438 hectares, área quase 20 vezes superior àquela ocupada pelas pequenas propriedades. Devido às péssimas condições de vida na região, aproximadamente 15 mil trabalhadores saem do Vale anualmente para cortar cana em São Paulo, no período da entressafra.

Nesta terra sofrida cresce a candidatura de Benedito Porto, conhecido popularmente como Bené, candidato a deputado estadual pelo PC do B. Durante muitos anos Bené trabalhou com os sindicatos rurais da região, ajudando a fundar alguns deles. Cidades como Aracuai, Almenara, Pedra Azul, Capelinha, Itamarandiba, Minas Novas, Diamantina, entre outras, não têm segredos para ele: conhece palmo a palmo o sofrimento de sua gente. Por isto mesmo Bené tem o apoio de vários sindicatos rurais, que reconhecem nele um defensor de seus interesses.

Recentemente Bené realizou um comício, juntamente com Célio de Castro - candidato a deputado federal pelo PMDB - com cerca de mil pessoas em Aracuai, cidade com aproximadamente 30 mil habitantes.

Ao mesmo tempo em que recebe o apoio dos camponeses, a candidatura de Bené é alvo do ódio e da perseguição dos latifundiários. E esta disputa tende a se acirrar no decorrer da campanha eleitoral. No último dia

29 de setembro foi criada a UDR na região.

Nesta ocasião reuniram-se em Almenara cerca de 250 latifundiários sob a coordenação de Cândido Mares Neto e José Rodrigues, este último presidente do sindicato. O ato contou inclusive com a presença da direção nacional da UDR, representada por Salvador Farina e Ronaldo Caiado. O ato tancorreu num clima de ataque aberto ao ministro Dante de Oliveira, aos comunistas e até à Igreja.

O deputado federal Delson Scarano, do PDS, declarou abertamente: "Sou totalmente contra a reforma agrária da Nova República (...). Nunca admitiremos que esta ideologia, o marxismo-leninismo, venha a tomar conta desta nossa terra de Santa Cruz (...). Temos que ter nossos representantes no Congresso Nacional e a UDR surge como um escudo contra a reforma agrária". Ronaldo Caiado foi também enfático: "Peço aos produtores do Vale que assumam o compromisso conosco de não permitir a entrada da reforma agrária aqui".

Foi tirada enfim a diretoria da UDR na região, que deve ser conhecida e denunciada por todos os democratas: Adão Soares Antunes, de Rubem, Cândido Mares Neto, de Almenara, Rosalvo José de Souza, de Pedra Azul, Manoel Francisco da Silva, de Almenara.

Com este nível de radicalização da luta, imposto pela UDR, Bené enfatiza que é urgente dar uma resposta segura: "Cabe a todos nós do Vale do Jequitinhonha, os partidos políticos que têm compromisso com o povo, os sindicatos urbanos e rurais, a imprensa, os artistas, os religiosos de todas as crenças, a juventude, os professores, formarmos uma poderosa união progressista em defesa da reforma agrária. A reforma agrária não é uma bandeira apenas dos comunistas, ela interessa a todos os setores sociais que lutam pelas mudanças reclamadas pela nação".

(da sucursal)

Governo concede a militar generoso aumento de 105%

Dois pesos e duas medidas. Este mesmo governo - tão preocupado em conter a demanda interna e reprimir reajustes salariais - acaba de conceder mais um generoso aumento aos militares, desta vez para o auxílio de aluguel, que subiu até 105%.

Dir-se-ia que é justo e normal, uma vez que os alugueiros dispararam desde a instituição do Plano Cruzado e, não estando sujeitos ao regime de congelamento ou a qualquer tipo de controle, foram majorados em até 1.100% somente nesses últimos sete meses. Com efeito foi usando uma justificativa deste tipo que os ministros militares sugeriram, ou melhor, determinaram o novo reajuste.

Cabe observar que se alguma categoria de trabalhadores ousasse reivindicar algo parecido seria tratada pelas autoridades como um bando de lunáticos, incorrigíveis sabotadores do Plano Cruzado e outras coisas do gênero. E isto muito embora as flutuações deveras abusivas dos preços de alugueiros tenham atingido indistinta-

mente a quase todo tipo de inquilino - more ele em cortiço ou apartamento de luxo.

Mais ainda, neste específico a lei dispõe que, no que diz respeito ao funcionalismo público, os aumentos salariais devem ser idênticos, ou seja, que todos os outros funcionários do governo (e, ao menos para efeito legal, o militar nada mais é do que um funcionário de Estado) têm direito ao mesmo tratamento. Ora a lei.

Já faz tempo - desde 1964, principalmente - que os fardados, esta categoria muito especial de servidores, desfrutam de privilégios exclusivos. Seus salários sempre foram reajustados acima dos índices concedidos aos outros funcionários e trabalhadores - jamais sofreram, nesses 21 anos, qualquer tipo de arrocho sobre suas remunerações.

A discriminação, que para o comum dos mortais só pode parecer odiosa e indesejável, é apenas mais um reflexo da enorme influência que os generais continuam exercendo sobre o aparelho estatal.



Seminário no Ceará debate as reivindicações das mulheres para o plano de governo de Jereissati

Mulheres debatem plano de governo

O primeiro seminário dos direitos da mulher, realizado no último dia 25, no auditório do Sesi da Barra do Ceará, em Fortaleza, debateu as reivindicações das mulheres para o plano de governo de Tasso Jereissati, candidato a governador pelo PMDB.

O seminário, promovido pelo comitê feminino pró-Tasso, foi além das expectativas. Cerca de duas mil mulheres, dos mais diferentes bairros de Fortaleza, estiveram presentes, participando de todas as discussões com uma disposição de luta que demonstra a consciência das mulheres no sentido de garantir a sua participação política.

A reunião foi aberta pela presidente do Centro Popular da Mulher, Darciane Barreto, que conclamou as mulheres a

se engajarem "no movimento que vai mudar o Ceará, com a derrota dos coronéis e a vitória de Tasso Jereissati". As palavras de Darciane foram respondidas por um coro unânime: "Tasso, Tasso, Tasso, coronel é cambalacho". Falaram ainda na abertura da sessão a representante da CGT, Olívia Ferreira, a representante da UMES, Ercila Menezes, Terezinha Braga, do Sindicato dos Médicos e Amarílio Macedo, da coordenação política de Tasso Jereissati.

CARTA DAS MULHERES

Divididas em seis grupos de estudo, as participantes debateram a questão da violência contra a mulher, a saúde, educação, trabalho, mulher camponesa e participação política da mulher. As propostas de cada grupo foram apresenta-

das na plenária final. As principais reivindicações aprovadas compõem o documento "Carta das Mulheres de Fortaleza" que será entregue ao candidato Tasso Jereissati.

Era grande o entusiasmo das mulheres. A grande maioria exibiu nas roupas broches de Tasso e dos candidatos Benedito Bezerril, do PMDB, a deputado estadual, e Inácio Arruda, do PC do B, a deputado federal. Francisca Moreira Sales, da Associação de Moradores do Rodolfo Teófilo, declarou que "no meu bairro todo mundo é Tasso, Benedito e Inácio. O Inácio a gente já conhece, sabe que ele é de luta e o Tasso vai mudar o Ceará. Ele vai precisar de homens sérios como o Dr. Mauro Benevides e Benedito Bezerril, que sempre defende-

ram os trabalhadores.

As principais reivindicações aprovadas no seminário foram: salários justos e dignos para homens e mulheres; direito de creche para todos os filhos de trabalhadores; melhores condições de trabalho para a mulher, que preservem a sua saúde, sua função reprodutiva e materna; realização de concursos públicos para os trabalhadores estaduais, com o fim do apadrinhamento político; pleno funcionamento da delegacia de mulheres; extensão dos benefícios e direitos trabalhistas à mulher camponesa; direito de título de posse da terra às mulheres chefes de família, viúvas, abandonadas ou solteiras e a instalação imediata do Conselho Cearense em Defesa Dos Direitos da Mulher. (da sucursal)

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

O PCB quer menos liberdade

O calor da batalha política revela com clareza o caráter dos diferentes partidos. A prática mostra que tanto os partidos burgueses como os oportunistas, que se fantasiam de representantes do povo, colocam em primeiro lugar os seus próprios interesses eleitorais. O interesse da maioria do povo na democracia fica em segundo plano. Exemplo disto ocorreu agora no Paraná, com o PCB agindo no sentido de restringir a campanha eleitoral e impedir o PC do B de manifestar seu apoio a uma candidata do PMDB.

PCB JUNTO COM PFL

No Paraná o Partido Comunista do Brasil não tem candidato a deputado estadual. Por isto, empresta seu apoio a Télia Negrão, que é candidata pelo PMDB. E tem colocado seu horário na TV à disposição da candidata para divulgar suas propostas. Mas o PCB se incomodou com isto e fez uma representação ao TRE no sentido de impedir que Télia Negrão e qualquer outro candidato do PMDB apareça nos programas do PC do B. Coincidentemente, o PFL fez uma representação semelhante no Rio Grande do Sul, para cercear o apoio que o PC do B vem dando a Jussara Cony, candidata pelo PMDB a deputada estadual.

No episódio, PCB e PFL têm portanto o mesmo comportamento. Todos os dois pretendem que as normas da campanha eleitoral sejam as mais restritivas, enquanto os democratas e a maioria do povo têm interesse numa democratização cada vez maior da propaganda eleitoral.

E O ERMÍRIO?

Tanto o PCB como o PFL se baseiam na orientação do TSE que restringe a presença no horário gratuito aos candidatos do partido - e tratam de fazer com que esta medida antidemocrática seja interpretada com o máximo rigor. Afinal, tanto Télia Negrão como Jussara Cony são candidatas do PC do B, embora não estejam filiadas a este partido e teriam por isto, mesmo pela orientação do TSE, direito de aparecerem no horário dos comunistas.

Ocorre que como os comunistas têm poucos candidatos, Jussara e Télia podem aparecer mais vezes na TV. Os candidatos do PFL e do PCB se sentem enciumados com isto. Para eles a democracia só interessa se satisfaz aos seus próprios interesses. O PCB, por exemplo, não se lembra de aplicar esta mesma orientação em São Paulo onde, embora de forma envergonhada, alguns de seus candidatos manifestam o apoio do PCB ao patrão Antônio Ermírio, do PTB. Dois pesos, duas medidas.

A televisão é um instrumento importante de campanha eleitoral. Mas as normas definidas para a propaganda gratuita são evidentemente injustas. E desde que o Tribunal Eleitoral se outorgou o direito de legislar sobre o assunto, passando por cima do próprio Congresso Nacional, as regras do jogo se tornaram ainda menos democráticas. Tudo isto faz com que a apresentação de propostas e a discussão dos problemas nacionais sejam muito difíceis.

Os comunistas não apresentaram candidatos aos governos estaduais em nenhum Estado. Mas se reservam o direito de apoiar candidatos de outro partido que representem melhor a unidade das correntes democráticas. Da mesma forma, aqui e ali não apresentaram candidatos a deputado federal ou estadual. Isto se deve a uma conduta eleitoral bem pensada de concentrar forças e procurar eleger gente progressista em todos os níveis. A conduta do PCB, e do PFL, é portanto contra a democracia. (Rogério Lustosa).

O modelo educacional do regime militar servia a um determinado tipo de industrialização e desenvolvimento, fortemente atrelados ao capital e aos interesses estrangeiros. Assim, como o processo de desenvolvimento brasileiro vem sendo deformado por esta dependência externa, a política educacional aqui vivente, em que pesem alguns avanços quantitativos, fundamentalmente exclui a sua proteção grandes parcelas da população.

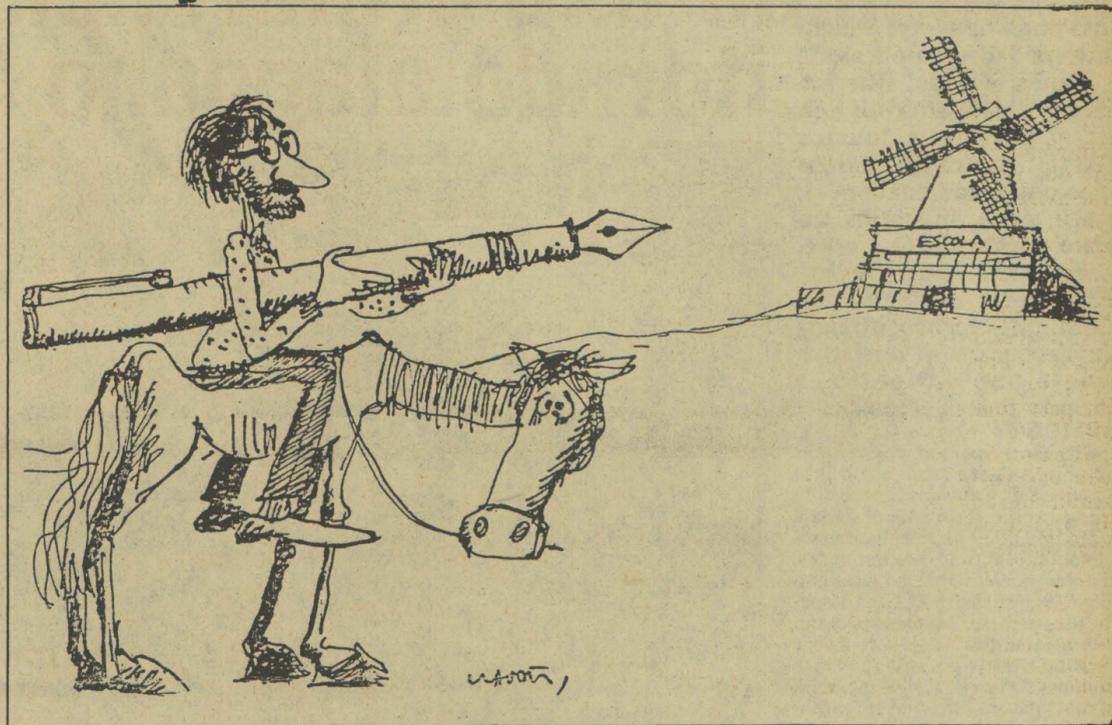
É incontestável, por exemplo, que a taxa de analfabetismo existente no Brasil (quase 33 milhões de pessoas) coloca o país ao nível, por exemplo, da República Dominicana, em situação inferior à Bolívia, Argentina, Uruguai, Paraguai, México, Equador. Atualmente, existem cerca de 8 milhões de crianças em idade escolar marginalizadas da assistência educacional. Para melhorar a idéia sob a deplorável situação da educação brasileira note-se que, das 170 mil escolas públicas do Brasil, 75% delas não possuem sequer um mapa para as aulas de Geografia.

O funil educacional brasileiro é altamente excludente. No início da década de 80, praticamente 50% das crianças que ingressavam na primeira série do 1º grau não passavam à série seguinte. A UNESCO considera desastrosa a situação dos países onde entre cada 1.000 crianças menos de 500 concluem o 1º grau. No Brasil este número não chega a 140. A privatização do ensino - medida altamente estimulada pelo regime militar - acabou absorvendo a maioria dos estudantes universitários (66,6% em 1980), o que demonstra a falência da rede pública. Os cursos que mais se desenvolveram de um modo geral não estavam ligados às principais necessidades do Brasil. Num país que, em 1984, possuía cerca de 80 milhões de desnutridos, apenas 2,3% dos universitários matriculados em 1982 faziam cursos ligados ao setor agrário.

O orçamento nacional para Educação reduz-se drasticamente com o passar do tempo. Caiu de 10,6% em 1965, para 4,8% do orçamento global do país em 1981. A pequena melhora em 1983 (6,1%) não é significativa, pois a própria ONU recomenda que os países em desenvolvimento devem dedicar à Educação 25% de seus orçamentos. Estima-se que 35% dos professores de 1º e 2º graus trabalham sem nenhum vínculo empregatício e há casos de professores recebendo 10% do salário mínimo.

Reverter a situação do ensino no Brasil

Estes são apenas alguns indicativos para caracterizar a Educação brasileira da atualidade. Naturalmente, qualquer perspectiva democrática e progressista para o país deve considerar a reversão deste quadro. É também necessário levar em conta que tal sorte de problemas não se esgotam na Educação em si, mas tem muito a ver com a distribuição da renda nacional e a melhoria das condições de várias áreas sociais, como a saúde, a habitação, o lazer, os transportes. No fundo, a Educação depende mesmo é de um novo projeto nacional, que melhor contemple as grandes maiorias historicamente marginalizadas, que afaste a ação de rapina dos capitais estrangeiros e dos grandes grupos monopolistas brasileiros a eles associados. A Educação depende de uma nova formulação do Estado.



no rumo de uma democratização visceral, de uma estruturação agrária que acabe com a concentração da propriedade, de uma transformação econômica em que a riqueza nacional seja democraticamente distribuída aos trabalhadores. E tudo isso, toda essa reflexão, seguramente desembocará na Constituinte, para onde deverão estar concentrados os esforços de todos os setores da Nação interessados em subtrair este grande país do atraso e do obscurantismo, introduzi-lo na modernidade e prepará-lo para o ano 2000.

Ensino público e gratuito em todos os níveis, escolaridade mínima e obrigatória de nove anos, a partir dos seis, jornadas especiais aos trabalhadores-estudantes, participação da sociedade civil no planejamento e execução da política educacional: eis aqui alguns dos mais apetitosos ingredientes do cardápio de propostas constituintes.

Subsídios para uma educação brasileira

Em recente reunião, os secretários de Educação de vários Estados receberam um documento intitulado "Subsídios para a elaboração de uma nova lei de diretrizes e bases da educação nacional", que se propõe a construir a "educação brasileira" a partir de princípios a serem assegurados na futura Constituição.

Trata-se, na verdade, de longo processo de maturação, entre as equipes técnicas das secretarias, a respeito da lamentável situação a que a Educação brasileira foi conduzida pelo regime militar, e sobre as possibilidades reais de edificar, enquanto contrapartida ao modelo autoritário, anti-popular e anti-nacional, "uma escola básica, única, geral, de caráter nacional, que forneça a todos cidadãos os instrumentos de compreensão do mundo necessários ao exercício da cidadania". Tanto quanto o regime militar moldou a Educação que melhor servisse aos seus interesses - e o resultado é o verdadeiro esvaziamento desta área vital da nação - trata-se agora, no leito dos debates preparatórios à Constituinte, e no decorrer da própria assembleia, de formular o tipo de escola necessária para o momento de avanço democrático e de processo social que a maioria do povo brasileiro busca. O documento examinado pelos secretários não se refere a isso explicitamente. Mas seu conteúdo nada revela senão esta justa preocupação.

A primeira proposta de princípios a ser fixado na

nova Constituição é a da descentralização administrativa, acompanhada de efeito econômico e financeiro, implicando, necessariamente, na autonomia da unidade federada e dos municípios. Note-se que as Prefeituras respondem por cerca de 65% das escolas de 1º grau em todo o Brasil, enquanto retêm apenas 2% dos recursos provenientes de impostos. A descapitalização municipal e a virtual incapacidade das Prefeituras de arcarem, nos termos da atual concentração tributária, com a fatia da Educação que, por lei, lhes cabe, é fato incontestável. Ensino público e gratuito em todos os níveis, extensivo ao conjunto da população, é outro aspecto relevante reforçado pelo documento. Trata-se de uma "irrigação do Estado, que deve assegurar vagas suficientes e boas condições de funcionamento nos seus estabelecimentos". Aqui é oportuno registrar a informalidade de certos setores que atribuem a esta proposta democrática um caráter, digamos, "sonhador". É preciso recordar a tantos que assim pensam que somente utilizando os recursos que saem mensalmente do país a título de pagamento dos serviços da dívida externa brasileira - esta excrecência que chicoteia tão flagrantemente a soberania nacional - seria possível criar o número de vagas suficientes para atender a toda a demanda educacional do país.

Por isso é inteiramente lícito encaminhar a proposta de gratuidade total da escola, junto com a obrigação da União, que o documento enfatiza, aplicar, anualmente, nunca menos de 12% do seu orçamento global em Educação, ficando para Estados e municípios o quinhão mínimo de 25% de aplicação.

Recursos para as escolas públicas

As secretarias, em sua formulação preliminar, enfrentaram com razoável coragem a questão do ensino privado. Não o censuram, mas deixam absolutamente claro que os recursos públicos deverão ser aplicados unicamente nas escolas públicas (algum dia, o povo brasileiro certamente terá que discutir esta situação de empresas lucrarem com a prestação de serviços educacionais. Mas esta é outra estória).

Na visão dos técnicos das secretarias estaduais de Educação, o Estado deve ofertar a todos uma escolaridade mínima e obrigatória de nove anos, a partir dos seis, estendendo-se, posteriormente, e de forma progressiva, sem fixação de idade

limite para sua conclusão. Defendem também, que "o Estado deve ver os meios necessários ao ensino fundamental de todos que, por quaisquer motivos, não completarem sua escolaridade básica".

O documento preocupa-se também com o conteúdo a ser ministrado nas diversas instâncias do ensino formal. Neste sentido propugna que "o ensino deverá ser ministrado de forma a desenvolver uma sólida formação cultural e científica e fomentar a formação do espírito crítico e da cidadania", sem restrições, por qualquer motivo, de convicções de ordem filosófica, política e religiosa, ou preconceitos de qualquer natureza".

Os educadores também defendem algo inovador até agora: "o Estado deverá ao trabalhador a liberação de parte de seu tempo de trabalho, de modo a favorecer a frequência à escola, sem prejuízo de suas prerrogativas profissionais, prioritária entre a faixa dos 12 aos 21 anos de idade". Este ponto é altamente significativo, pois tende a assegurar educação às amplas massas de trabalhadores, construtores da riqueza nacional e não raro confinados à míngua fatia de uma educação de segunda classe.

Há uma série de outras sugestões constitucionais, medidas necessárias para a rápida erradicação do analfabetismo como extensão progressiva, pelo Estado, da oferta de educação pré-escolar pública e gratuita para todas as crianças de quatro a seis anos; atendimento precoce do deficiente físico, mental e sensorial; gratuidade da educação especial; direito aos indígenas da alfabetização na sua língua materna e na portuguesa; garantia de uma carreira do magistério e o acesso à mesma por concurso; padrões de excelência da formação e qualificação de professores e condições dignas de remuneração e de trabalho para os mesmos, assim como aposentaria com proventos integrais e direito à sindicalização; autonomia das universidades e estímulo à pesquisa.

Presença popular na elaboração e execução

Um dos aspectos mais importantes da elaboração das secretarias estaduais de Educação é o realce que emprestam à participação do povo tanto na elaboração quanto na execução da política educacional. Esta é a visão democrática que, de fato, inova a tradição brasileira. Diz o documento: "O Estado deverá garantir à sociedade civil a participação no planejamento e con-

trole da execução da política educacional em todos os níveis (federal, estadual e municipal), através de organismos colegiados, democraticamente constituídos".

Aliás, essa participação popular na Educação é o verdadeiro fio condutor através do qual vão surgindo as diferentes propostas aqui já alinhadas. Afirmam os educadores: "...o que interessa é a politização do povo, tornando-se sujeito consciente de seus direitos e deveres. A verdadeira e única garantia de que essa Constituição será do povo e para o povo é a participação deste momento de aprendizagem política, no exercício pleno da cidadania e na retomada do diálogo entre governo e sociedade, condição fundamental na construção da democracia".

Escola ligada à realidade em que atua

O que emerge do conteúdo do documento é a preocupação por uma escola visceralmente integrada na realidade em que atua, socializando o saber acumulado, democratizando as oportunidades, fermentando o espírito crítico dos futuros cidadãos, integralmente a serviço da construção de uma sociedade democrática e progressista. Este parece ser o modelo mais adequado de escola para o momento, tão diverso do padrão elitizado, burocratizado, alienante, anti-patriótico que o regime militar emprestou ao sistema educacional que servia à idiotização da juventude, à entrega do país às garras dos capitais internacionais, à apatia, à subserviência dos estudantes e a tantas coisas mais.

Segundo o documento, "no que se refere à questão da Educação, a nova Constituição deve possuir características de universidades e defender os direitos inalienáveis e inegociáveis do cidadão. É na direção dos interesses da maioria por uma Educação mais democrática e acessível a todos que devem convergir os esforços de busca de um consenso, que reconcilie a nação consigo mesma, sem abrir mão da prioridade em saldar o débito da educação escolar. É cada vez mais forte a convicção de que a participação direta da sociedade na elaboração de um projeto educativo assegura sua qualidade e legitimidade, contribuindo para aumentar, desse modo, as possibilidades de apropriação do mesmo por parte do público ao qual se destina. A problemática brasileira se inscreve como discussão da política social e não pode ser resolvida através de ações isoladas que dispensem a mobilização da sociedade".

Luiz Manfredini

DE OLHO NO LANCE

O capital se arma

Uma das tendências do capitalismo em nossos dias é no sentido de que os empresários assumam cada vez mais cargos no governo e no parlamento. Com as dificuldades do sistema e com o agravante das crises, os capitalistas já não confiam tanto nos políticos que empregavam como seus representantes. Querem ter as rédeas do poder diretamente nas mãos.

No Brasil também esta tendência ganha força. O empresário Dilson Funaro foi guindado para o Ministério da Fazenda. Diversos empresários são candidatos à Assembleia Constituinte e a governadores de Estado.

Agora, por pressão do grande capital, o ministério da Fazenda se vincula mais ainda ao patronato. O diretor da Fiesp, Paulo Francini, foi nomeado assessor especial do ministério para assuntos empresariais. O próprio presidente da Fiesp, Mário Amato havia solicitado uma maior participação dos empresários nas decisões do governo.

Estas alterações preocupam muitos os trabalhadores. Ainda mais quando são evidentes as dificuldades do Plano Cruzado e as pressões dos latifundiários e capitalistas para descongelar os preços. Todos falam em mudanças nas orientações econômicas e os empresários tratam de obter posições para fazerem as mudanças de acordo com seus interesses.

Universidades católicas em crise

Uma onda de greves atingiu as universidades católicas de São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Professores e funcionários protestam contra os baixos salários e sua mantenedora - a Igreja - pede subsídios ao governo para resolver a crise, mas não abre mão do seu controle. Docente e alunos não aceitam que verbas oficiais sejam destinadas à iniciativa privada e por isso pedem a estatização destas escolas.

Atendendo ao pedido dos reitores das 16 universidades católicas do Brasil, o ministro da Educação, Jorge Bornhausen, garantiu na semana passada a liberação de Cz\$30 milhões ainda este ano como subsídio a estas entidades. Os reitores querem que no próximo ano o governo subsidie 20% das despesas de suas escolas. Mantém-se assim uma prática antiga, a de privilegiar com gordas verbas oficiais o aparato educacional da Igreja. Como exemplo, basta citar que em 1962 o MEC garantia 76% do total do orçamento da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Nos últimos anos esta porcentagem diminuiu, mas com pressões - e mesmo se utilizando das greves - os religiosos tentam reverter este quadro.

PROPOSTA DE ESTATIZAR

É fato que existe uma séria crise nos estabelecimentos de ensino superior mantidos pela Igreja. Mas o que professores, funcionários e alunos não acham justo é o Estado destinar verbas para ajudar uma instituição privada (veja o quadro).

Professores e funcionários das universidades católicas de vários Estados têm paralisado o trabalho exigindo a reposição das perdas salariais que tiveram nos últimos anos. A maior delas foi a greve na PUC de São Paulo que durou 28 dias e se encerrou no último dia 26, depois que a reitoria concordou com a realização de um congresso onde se discutiria o melhor caminho para se sair da atual crise. Uma das propostas a ser levantada seria a estatização da universidade. Mas a Igreja não quer que estatize e nem se comprometa em mantê-la.

CARDEAL INTRANSIGENTE

Os 1.650 professores e 1.226 funcionários da PUC de São Paulo criticam a Igreja pela maneira como vem tratando o problema. Celso Antônio Pacheco, diretor da Associação dos



Professores discutem a melhor solução para a crise na PUC de São Paulo; uma das saídas seria a estatização

Professores da PUC (Apropuc) explica revoltado: "A Fundação São Paulo (mantenedora da universidade e ligada à arquidiocese) mostrou-se intransigente como qualquer órgão empregador. D. Paulo Evaristo Arns, com um ar de desfaçatez, colocou a situação salarial em segundo plano. Disse que nosso patrão é a cidade de São Paulo, e não ele nem o reitor".

DOCENTES EXPLORADOS

A PUC-SP está com um déficit de Cz\$45 milhões e os salários dos professores e funcionários - que estão abaixo do nível no mercado - sempre saem atrasados. Esta situação vem se agravando há tempos. Um estudo realizado pela Apropuc demonstrou que em 1982, enquanto as mensalidades cobradas pela PUC foram reajustadas em 131,11%, os reajustes salariais ficaram em 111,08%. Em 1983 estes índices foram, respectivamente, de 126,02% e 109,5%.

Celso Pacheco acrescenta que "toda vez que vamos discutir salários eles (os dirigentes da PUC) fazem uma tempestade dizendo que não têm verbas. Ou uma entidade privada tem dinheiro



para pagar os salários ou ela deve ser estatizada". No final do movimento o comando de greve divulgou um comunicado alertando que conquistas parciais sequer amenizarão a exploração e as tendências desagregadoras do ensino na PUC. E acrescentava: "Professores e funcionários não aceitaram pagar o déficit a preço do seu sacrifício como assalariados, e a preço do retrocesso nas condições de ensino. O limite da crise financeira é determinada pela forma da propriedade do ensino privado em completo declínio".

Ajuda a quem não merece

Esta recente crise nas universidades católicas do país colocou em pauta uma antiga discussão: é justo o governo dar subsídios às escolas privadas? Os universitários, durante o seminário sobre a reforma universitária, realizado pela UNE em São Paulo no ano passado, aprovaram que "as verbas públicas serão aplicadas exclusivamente na rede pública". E no documento aprovado explicavam que "a concessão de dinheiro público para a sustentação de negócios privados do ensino mostra-se ainda mais absurda quando se observa o estado lastimável e a carência de recursos com que se defrontam as universidades públicas".

Esta questão é sentida pelos estudantes porque, particularmente nos dez anos após o golpe de 64, o setor privado de ensino teve um crescimento espantoso, incentivado e subsidiado pelo Estado. Os lucros obtidos por estas escolas particulares atingiu níveis dos mais altos conhecidos pela literatura econômica. Cobravam-se altas mensalidades dos alunos e pagavam-se salários baixíssimos aos docentes. Os gastos com manutenção eram desprezíveis, utilizava-se ao máximo a saliva do professor.

"NENHUM PRIVILÉGIO"

O professor Luís Antônio Cunha, autor de várias obras sobre educação, também acha que "as verbas do Estado só devem ser destinadas às instituições oficiais". Ele condena as pressões que as PUCs vêm fazendo junto ao governo para obter verbas oficiais. "Numa legislação federal não deve haver nenhum privilégio para as instituições de ensino religiosas", diz Cunha.

No seu livro "A universidade temporária", Luís Antônio Cunha explica os métodos escusos usados pelas instituições privadas para angariar apoio para suas teses. "Os empresários do ensino - diz o professor - tem acionado o conhecido expediente da chantagem para obter o apoio dos professores à sua pretensão de subsídio financeiro governamental. Justamente temerosos diante da ameaça de desemprego que tantas vítimas têm feito, alguns sindicatos de professores e associações de docentes defendem a concessão de auxílios governamentais às instituições privadas de ensino, ainda que apenas para paliar os problemas conjunturais".

(Domingos Abreu).

Ferrovários da Fepasa fazem greve de 1 dia

No último dia 29, quarta-feira, os aproximadamente 20 mil funcionários da Fepasa (Ferrovia Paulista) realizaram uma greve de advertência para pressionar a empresa a acatar suas reivindicações. Os ferroviários reivindicam 40% de aumento salarial, dois abonos de 20% (em janeiro e fevereiro), novo plano de cargos e salários e a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem perdas salariais.

A paralisação de um dia foi dirigida pelos cinco sindicatos que representam a categoria em todo o Estado de São Paulo. Com a greve cerca de 300 mil usuários que fazem o percurso subúrbio-capital ficaram sem transporte. Também foi afetado o transporte de 70 mil toneladas de carga.

Já os 9 mil funcionários da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) e da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), que também se encontram em campanha salarial, ameaçam entrar em greve no próximo dia 4. A categoria reivindica um novo plano de cargos e salários, aumento de 20% a título de produtividade, pagamento imediato do adicional de periculosidade para os eletricitistas e o cumprimento das cláusulas firmadas no acordo coletivo. Quanto ao novo plano de cargos e salários, a empresa vem adiando seu anúncio desde maio último.

Mulher agredida no Sindicato dos Comerciantes

O Sindicato dos Comerciantes de Brasília - tido até há pouco como um expoente do sindicalismo atuante no Distrito Federal - viveu na quarta-feira dia 29 uma cena nada edificante: Maria Ivonete do Nascimento Alves, diretora da entidade, foi agredida e derrubada com um soco no rosto por Gilson Neves, funcionário do sindicato e irmão de José Neves Filho, o presidente. Dizendo ter ordens de Raimundo Neves (secretário-geral e também parente do presidente), Gilson tentou impedir Ivonete de entrar na secretaria da entidade. Quando a diretora insistiu, dizendo que aquele era um direito de qualquer associado, veio a agressão, que deu origem a uma queixa-crime e um exame de corpo de delito na 1ª DP de Brasília.

O episódio descontentou a categoria, já que Ivonete tem se destacado em lutas como a recente greve nas Casas da Banha e é também presidente do Comitê de Defesa da Mulher Comerciante. Nesta condição, ela denuncia com frequência os maus-tratos que as mulheres (que são a maior parte da categoria) sofrem em muitos estabelecimentos comerciais. (da sucursal)

Cervejeiros irão de novo à greve em Porto Alegre

Os cervejeiros das unidades de produção da Brahma e da Antártica em Porto Alegre (RS) ameaçam realizar nova greve a partir de sábado, dia 1º. Na semana passada, a categoria já havia parado por três dias para reivindicar aumento salarial e melhorias nas condições de trabalho. A greve foi suspensa após o Tribunal Regional do Trabalho ter apresentado uma proposta conciliatória de 15% de aumento salarial.

Entretanto, as duas empresas anunciaram nesta semana que não acatarão a sentença do TRT e, inclusive, já entraram com pedido de dissídio coletivo. Para obrigar os patrões a recuarem desta postura intransigente, a categoria promete parar novamente em defesa da proposta do TRT.

Funcionários da Copasa de Minas páram o trabalho

Cerca de 4.500 dos 6.500 funcionários da Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) paralisaram suas atividades no último dia 28. A greve serviu como protesto contra a posição da empresa que até agora não apresentou nenhuma resposta às reivindicações da categoria. Os trabalhadores reivindicam reajuste salarial superior ao IPC do período, além de melhorias nas condições de trabalho.

Já os motoristas e cobradores do transporte coletivo de Natal (RN) prometem cruzar os braços na próxima segunda-feira, dia 3. Os ônibus não circularão, só que os condutores não cobrarão as passagens.

Obtendo subsídios há 4 séculos

A Igreja católica, ao longo de nossa história, utilizou o sistema de ensino como um dos principais baluartes para transmitir sua ideologia. Uma outra característica sua é que os estabelecimentos de ensino dos religiosos sempre se apoiaram nos recursos financeiros do Estado para se sustentarem.

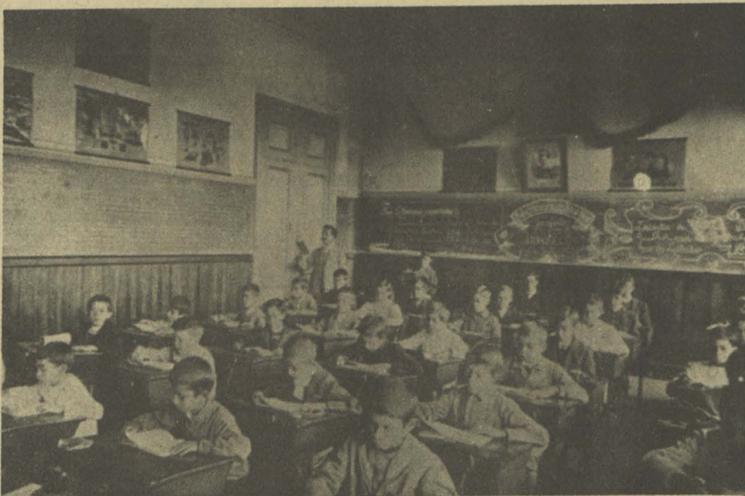
Quando o colonizador aqui desembarcou, trazia numa mão a espada e na outra a cruz, com o duplo objetivo de conquistar e converter os povos aborígenes. Durante o período colonial, os jesuítas que aqui permaneceram de 1549 a 1759, tiveram o predomínio absoluto na área do ensino. Por seu trabalho de catequese recebiam subsídios da coroa portuguesa e também sesmarias.

SERVINDO AO COLONIZADOR

O primeiro curso superior em nosso país foi criado em 1549 no Colégio dos Jesuítas da Bahia, onde eram ensinadas artes e teologia. Em pouco mais de dois séculos os jesuítas fundaram 17 colégios, ministrando aulas de acordo com os interesses do colonizador. Segundo o professor Luís Antônio Cunha, estas escolas cumpriam uma tripla função: "De um lado, formar padres para a atividade missionária; de outro, formar quadros para o aparelho repressivo (oficiais da justiça, da fazenda e da administração); de outro, ainda, ilustrar as classes dominantes no local, fossem os filhos dos proprietários de terra e de minas, fossem os filhos dos mercadores metropolitanos aqui residentes".

Com a saída dos jesuítas do Brasil - devido a disputas na corte portuguesa - o sistema de ensino na colônia ficou praticamente desarticulado. Por volta de 1805 o ensino superior católico não permite mais o acesso de não religiosos. Com a chegada da família imperial portuguesa em 1808 o Estado passou a ministrar cursos superiores. Naquele ano foram criadas duas escolas de medicina, a Academia Militar e a Escola Politécnica.

Durante o império existiam escolas superiores apenas em sete cidades brasileiras. Só a elite econômica tinha acesso a estes estudos. Nesta época,



Início do século: clima de inquisição nas escolas sob orientação da Igreja

mesmo com a secularização nas escolas públicas, o ensino obedecia aos cânones da Igreja. Para poder lecionar os professores tinham que prestar juramento de fé católica e o código criminal proibia o ateísmo e a descrença na imortalidade da alma.

Com a proclamação da República surgiram as primeiras escolas superiores particulares não ligadas à Igreja católica. E na década de 20 deste século foram criadas as duas primeiras universidades do Brasil, uma federal (no Rio de Janeiro) e outra estadual (em Minas Gerais).

RETOMADA DE AÇÃO

Com a penetração das idéias novas no seio do povo, principalmente após a revolução soviética de 1917, a hierarquia católica a nível mundial utiliza-se de todos os meios para difundir suas idéias. No Brasil, tenta recuperar o terreno perdido na área da educação e lança campanhas contra o ensino público. Em 1929 a encíclica papal Divini Illius Magistri proibia os católicos de colocarem seus filhos em escolas leigas e atacava a tendência do Estado de assumir o controle da educação escolar, pois alegava que as escolas

poderiam ser usadas para a pregação de doutrinas contrárias à católica.

Dentro deste espírito, no início da década de trinta foi criada a Liga Eleitoral Católica, com objetivo de eleger constituintes afinados com suas idéias. E com algum sucesso. Na Constituição de 34 o Estado foi autorizado a subvencionar as escolas católicas e o ensino religioso passou a ser facultativo nas escolas estatais (a Constituição de 1891 impedia o ensino da religião nas escolas oficiais).

AJUDA DO VATICANO

Ainda em 1934 o cardeal Leme recebeu apoio institucional e financeiro do Vaticano para a criação de uma universidade católica no Brasil. Desde 1908 que a Igreja já vinha criando várias faculdades isoladas. A hierarquia católica mantinha excelentes relações com o regime fascista do "Estado Novo". Em 1940 o presidente Getúlio Vargas autoriza o funcionamento das Faculdades Católicas no Rio de Janeiro, que em 1946 se transformaram em universidade. Em setembro deste ano foi criada a Universidade Católica de São Paulo.

Multinacionais boicotam o abastecimento de remédios

Falta remédio nas drogarias e nos hospitais, um problema grave e desesperador, que beira a calamidade. E a responsabilidade é da indústria farmacêutica, conforme observou o presidente do Conselho Regional de Farmácia, Luís Ítalo Nieto. O governo sabe, mas não intervém com energia para normalizar o abastecimento.

Medicamento no Brasil sempre foi um negócio de poderosos monopólios estrangeiros. "Embora sejam em menor número, as multinacionais são grandes e detêm absoluto controle do setor, sendo que hoje dominam 85% do mercado", diz Ítalo Nieto. Inconformadas com o congelamento, elas exigem aumento imediato dos preços de seus produtos.

número de hospitais teve de suspender vários serviços em consequência da escassez. O Conselho Regional de Farmácia e outras entidades estiveram reunidos com autoridades do governo federal em Brasília solicitando uma intervenção energética para normalizar o abastecimento.

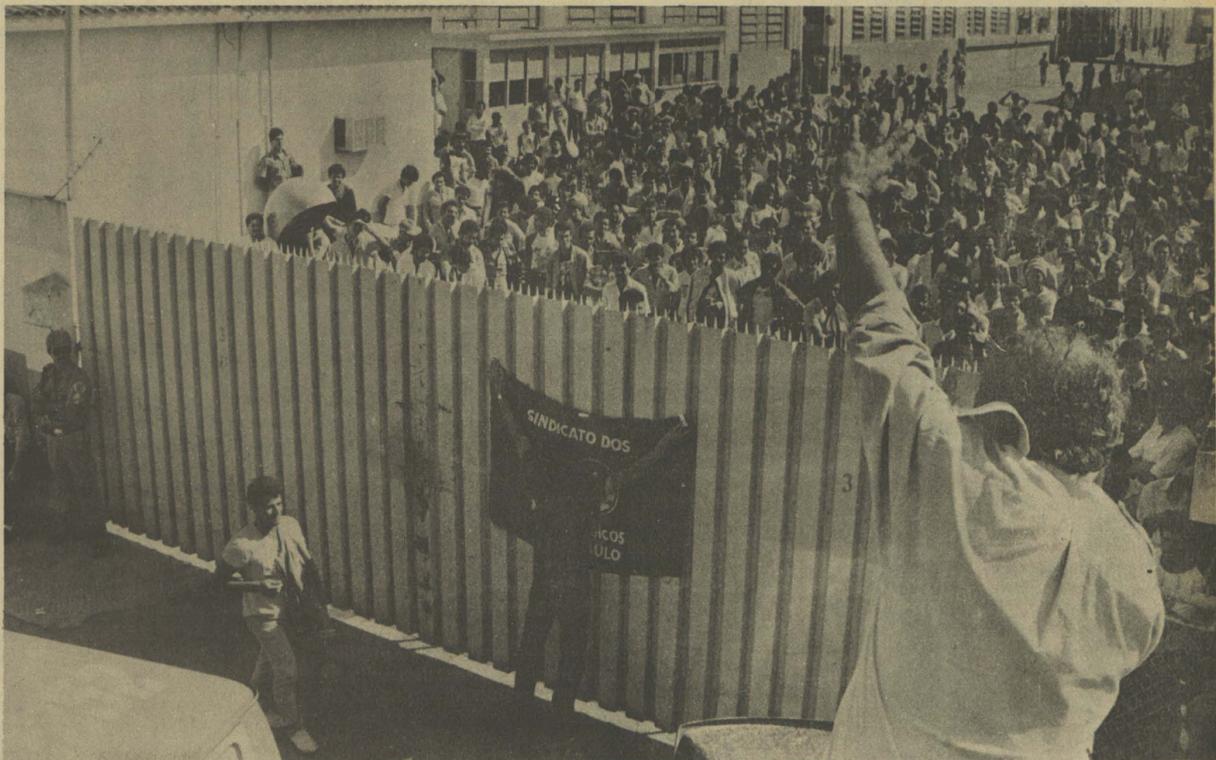
GOVERNO SEM AÇÃO

- Só o governo - afirma Ítalo Nieto - tem poder para barganhar com as multinacionais do setor. Nós pedimos que seja garantido pelo menos a fabricação e distribuição dos medicamentos essenciais para o tratamento de doenças, aqueles contidos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, elaborada pela Central de Medicamentos, bem como aqueles que não possuem similares. Não queremos aumento de preços.

O governo, contudo, não tem coragem de enfrentar os monopólios estrangeiros. Tudo que fez, até o momento, foi concordar com as alegações das multinacionais e procurar meios de atender seus interesses. Reduziu a zero a maior parte dos impostos que incidiam sobre insumos do setor e retirou dos hospitais o desconto de 26% sobre medicamentos destinados ao câncer, ou seja, concedeu aumento de preços.

DEBATE NECESSÁRIO

As vésperas da Assembléia Constituinte, a escassez de remédios traz à tona um debate de grande importância para a população: é tolerável que a produção e distribuição de medicamentos continue sendo subordinados à ganância de monopólios imperialistas, que sem qualquer respeito à vida perseguem única e exclusivamente o lucro máximo? "Nós entendemos que produto farmacêutico não é como uma mercadoria qualquer e, nem pode ser fabricado e comercializado como tal", fala Ítalo Nieto. "É obrigação do poder público garantir a distribuição de remédios para todos", acrescenta. Parece elementar, mas esbarra em poderosos interesses econômicos.



Os reajustes conquistados nas 200 greves do meio do ano, como na Monark não serão descontados

Metalúrgicos dobram a Fiesp

Numa assembléia rápida e objetiva, realizada na noite de quinta-feira (dia 30), os metalúrgicos da capital paulista aprovaram a assinatura do acordo coletivo com a Fiesp e encerraram a luta salarial deste ano. No final, cerca de 5 mil presentes gritaram "trabalhador unido jamais será vencido", considerando vitorioso o resultado da campanha.

Pelo firmado nas negociações com a Fiesp (entidade patronal) na tarde de quinta-feira, os aproximadamente 350 mil metalúrgicos de São Paulo receberão a partir de novembro um aumento real de 3,3%, mais o IPC integral do período - o que somado representa um reajuste salarial global de pouco mais de 13%.

Além disso, os patrões recuaram em sua posição de conceder o reajuste com base nos salários de fevereiro passado - o que significaria o des-

conto dos aumentos conquistados por dois terços da categoria nas greves e mobilizações por fábricas feitas em meados deste ano. Ou seja: o reajuste será feito sobre o salário atual. Por último, a Fiesp também recuou no intento de submeter a assinatura do acordo ao compromisso oficial do sindicato de que não haverá novas paralisações durante a sua vigência.

"FRUTO DA LUTA"

Na avaliação do conjunto da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos e da maioria esmagadora dos operários presentes na assembléia, o resultado final da campanha foi positivo. "Num primeiro momento a Fiesp queria nos humilhar, queria passar por cima das nossas conquistas e ainda nos obrigar a ficar quietos durante todo o próximo ano. Mas no final ela preferiu recuar, porque sabia que o pau ia comer", comenta Luís Antônio Medeiros, presidente do sindicato.

Realmente no início das negociações salariais o patronato esbanjou arrogância. A Fiesp adiou por quase um mês a primeira rodada de conversações com os três sindicatos de metalúrgicos em campanha (São Paulo, Osasco e Guarulhos). Depois, entrou de chofre exigindo que as entidades se comprometessem a assinar previamente um compromisso de não promover lutas durante a vigência do acordo, sob pena de pesadas multas. Mas sua posição mais intransigente se deu em torno dos reajustes conquistados nas mobilizações pós-Plano Cruzado. Alegando inicialmente que o setor está em crise e que não poderia repassar para os preços dos produtos os reajustes conquistados, queria simplesmente descontá-los.

Até a última rodada de negociação a Fiesp manteve sua postura de endurecimento e provocação. E seu recuo chegou a surpreender os dirigentes sindicais. Para Eustáquio Vital, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, a "flexibilizada" no

final se deu "por temor à greve". Na assembléia anterior, a categoria já havia aprovado o "estado de greve" e a questão fundamental passou a ser a garantia dos reajustes do meio do ano - que foram em média de 10 a 20%. "Nosso ponto de honra - explica Vital - era assegurar aquela conquista obtida com tanta luta. Fizemos mais de 200 greves e mais de dois terços da categoria haviam conquistado reajuste. Se esse aumento fosse descontado, não tenho dúvida, a categoria ia para a briga".

Vital concorda que o acordo agora firmado não é o ideal - afinal a categoria reivindicava 20% de aumento. Mas acha que ele refletirá a atual correlação de forças. "Uma greve agora poderia ser um desastre. Primeiro porque as fábricas que conquistaram os reajustes no meio do ano não adeririam. Depois porque o governo, a exemplo do que fez com outras categorias recentemente, jogaria pesado e bruto", conclui o sindicalista.

PF intima sindicalistas paulistas

Numa atitude arbitrária e descabida, a Polícia Federal intimou na semana passada vários dirigentes de dois importantes sindicatos paulistas: o dos metroviários e o dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Quanto aos metroviários, foram chamados para prestar depoimento o presidente da entidade, Cláudio Spicciati, e o tesoureiro-geral José Carlos de Souza Silva. A audiência está marcada para o próximo dia 7 e o motivo alegado pela PF é a realização da

operação periculosidade no Metrô, que resultou na paralisação das atividades no início de outubro.

No caso dos metalúrgicos de São Bernardo, a PF acusa as lideranças sindicais de serem responsáveis pela controversa "operação cambalacho", realizada na semana passada e que resultou na danificação de 122 automóveis da Ford (ver matéria na TO n.º 289). Apesar de não apresentar qualquer prova contra os sindicalistas, a

PF intimou sete lideranças metalúrgicas (três membros da diretoria do sindicato e quatro integrantes da Comissão de Fábrica da Ford) para prestar depoimentos no último dia 24.

"SEM CREDIBILIDADE"

Os sete sindicalistas, entretanto, recusaram-se a responder qualquer das perguntas feitas pelo delegado da Polícia Federal, Antônio Manoel Costa. Argumentando que o órgão do governo não "tem credibilidade", os sindicalistas anunciaram que só prestarão esclarecimentos na Justiça. Eles também condenaram a atitude da PF, que os indiciou como incurso em três artigos do Código Penal: 163 (danos em propriedades, com pena que varia de seis meses a um ano de detenção); 202 (invasão de estabelecimento - reclusão de um a três anos); 208 (associação de mais de três pessoas para praticar crimes - reclusão

de um a três anos).

Na ocasião, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo ainda levantou a suspeita de que "os danos verificados na Ford teriam sido causados proposadamente pela própria multinacional americana com o objetivo de indispor a opinião pública contra os trabalhadores". Também foi apresentado um documento da entidade que tenta explicar o movimento ocorrido entre os metalúrgicos da Ford. Neste o sindicato acusa a multinacional de ter implantado um regime de semi-escravidão no interior da fábrica, além de ter se recusado a negociar as reivindicações dos trabalhadores (aumento de 20% e reintegração dos 28 membros da Comissão de Fábrica, afastados em julho passado). E afirma: "a poderosa multinacional deve saber que quem semeia vento colhe tempestade".



Os dirigentes da UNAC durante a greve de fome em frente à ECT

Correios vão à greve e denunciam privatização

Os oito diretores da UNAC (União Nacional das Associações dos Trabalhadores do Correio) que se achavam desde o dia 21 em greve de fome diante do prédio central da Empresa Correios e Telégrafos, em Brasília, encerraram seu protesto na terça-feira dia 28, sem alcançar seu objetivo. O prepotente ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, recusou-se a recebê-los em audiência. O movimento dos trabalhadores, porém, teve continuidade. Na mesma terça-feira, a categoria empreendeu um dia nacional de luta. E uma reunião da UNAC, também em Brasília, decidiu que haverá greve segunda-feira, 3 de novembro, caso o Ministério mantenha sua intransigência.

"Alerta à população - querem destruir o Correio", assinado pela UNAC e a Associação de São Paulo, a Acetesp, ao assinalar que "a perda de confiança nos Correios é consequência das milhares de demissões de trabalhadores, além dos miseráveis salários pagos a seus funcionários. Hoje um carteiro, para entregar cartas num bairro inteiro, levando nas costas um malote de 20 kg, ganha em média Cz\$1.800 mensais, sendo do piso da categoria de Cz\$1.300".

O PROJETO DO PDS

A privatização do serviço postal já não é uma mera suposição. Diante da brusca queda na qualidade do Correio (que até 1985 era eficiente e até superavitário), mesmo empresas do próprio Estado, como a Petrobrás, passam a se utilizar de empresas privadas em sua correspondência. Ao mesmo tempo, está tramitando no Congresso Nacional, e já foi aprovado na Câmara, um projeto do deputado Álvaro Gaudêncio, do PDS paraibano, que simplesmente põe fim ao monopólio postal da ECT.

Os trabalhadores denunciam grandes grupos nacionais como os de Roberto Marinho e Amador Aguiar, e estrangeiros, como a Victor International, como os grandes interessados em abocanhar o setor com a privatização.



Cláudio Spicciati (ao microfone) prestará depoimento no dia 7



Sindicalistas de São Bernardo chegam à sede da Polícia Federal

OPINIÃO

Ofensiva do Planalto

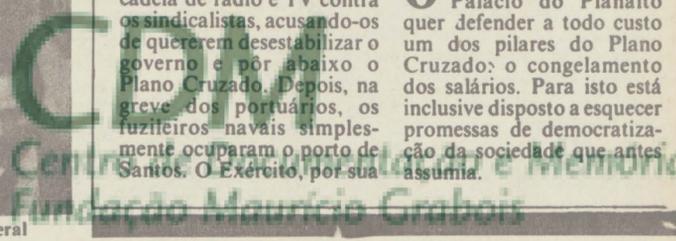
A ação da Polícia Federal contra vários sindicalistas de São Paulo não deve ser vista como uma medida isolada. Isto se evidencia na postura do governo federal que, nos últimos meses, tem atacado sistematicamente os movimentos trabalhistas, procurando abortar qualquer iniciativa grevista. Inúmeros fatos comprovam esta afirmação.

Já na greve nacional dos bancários, em setembro, o ministro Paulo Brossard fez um discurso raivoso em cadeia de rádio e TV contra os sindicalistas, acusando-os de quererem desestabilizar o governo e pôr abaixo o Plano Cruzado. Depois, na greve dos portuários, os fuzileiros navais simplesmente ocuparam o porto de Santos. O Exército, por sua

vez, deslocou vários blindados para a Companhia Siderúrgica Nacional no intento - bem sucedido - de evitar a greve dos metalúrgicos de Volta Redonda. Nessa mesma linha pode-se incluir também a postura intransigente da Vasp (empresa do governo) durante a paralisação dos comissários de bordo; a desonestidade do Metrô (também empresa estatal) no caso do adicional de periculosidade dos metroviários paulistas; etc.

O que fica claro é que o Palácio do Planalto quer defender a todo custo um dos pilares do Plano Cruzado: o congelamento dos salários. Para isto está inclusive disposto a esquecer promessas de democratização da sociedade que antes assumia.

É o que mostra o panfleto

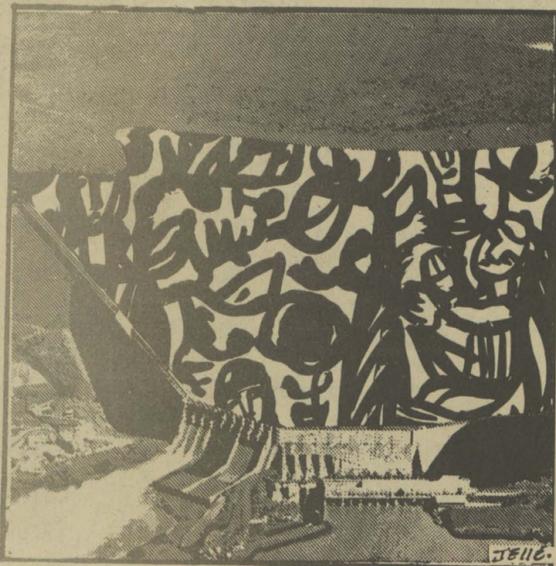


7 mil famílias do Submédio São Francisco exigem terra

As sete mil famílias que serão desalojadas pela usina hidrelétrica de Itaparica, representadas pelas entidades sindicais que assinam a presente denúncia, vêm chamar a atenção da opinião pública nacional e do Banco Mundial (BIRD), financiador dos projetos de reassentamento, para a falta de providências da Chesf quanto ao destino da população rural atingida pela citada obra pública.

Estamos apenas a um ano do enchimento do reservatório da Itaparica, que inundará uma área de 834 km² onde vivem e trabalham as 7 mil famílias de lavradores além de três cidades e dezenas de povoados que ficarão completamente submersos, sem que um palmo de terra sequer esteja desapropriado para o início do reassentamento. Muitas promessas têm sido feitas pelos ministros de Minas e Energia e principalmente pelos presidentes da Chesf que estiveram à frente do órgão no decorrer destes dez anos em que os lavradores vêm lutando pelo reassentamento de suas famílias.

Entretanto, ao invés de iniciar o reassentamento nas áreas há muito tempo reivindicadas pelos trabalhadores rurais e entidades sindicais, a Chesf pretende impor a localização de famílias em solos difíceis de serem irriga-



dos. O Grupo de Trabalho criado pelo governo do Estado de Pernambuco, após analisar profundamente estas áreas, concluiu pela criação de uma estação de desertologia experimental na região, "pelas suas características climáticas que a situam como uma das zonas de maior aridez no Brasil e cujos solos rasos e pedregosos conferem extrema fragilidade ao ecossistema natural" ("Diário de Pernambuco", Recife, 5/10/86, pg. A-21).

Os trabalhadores rurais também exigem que a área irrigada dos lotes para reassentamento seja de no mínimo seis hectares, quando a Chesf propõe três ou quatro hectares.

Nas terras situadas à margem esquerda do futuro lago há manchas de solo fértil. Contudo está prevista para boa parte destas áreas a instalação de empresas rurais, cada uma delas ocupando área suficiente para reassentamento de cinco famílias, prejudicando um total de

quase 400 famílias.

Há mais de três anos a Chesf afirma que vai adquirir a terra através de compra, ao invés de desapropriação. Até hoje, no entanto, não se tem um palmo de terra desapropriado ou comprado. Além disso a empresa decidiu não reassentar os trabalhadores solteiros maiores de 18 anos.

Por fim, em que pesem as promessas de que "as comportas não seriam fechadas sem que antes estejam reassentados todos os trabalhadores rurais", o enchimento do reservatório de Itaparica se dará em novembro de 1987, conforme afirmação recente na Chesf.

Assim denunciemos as falsas soluções e imposições que a empresa vem tentando implementar na condução de um problema social como esse. Não é de surpreender que ao cabo de 10 anos de lutas e incertezas os trabalhadores rurais percam a paciência e se estabeleça uma situação de confronto, de consequências imprevisíveis, cuja responsabilidade caberá única e exclusivamente à Chesf. (Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Petrolândia, Floresta e Belém de São Francisco, em Pernambuco; Glória e Chorochó, na Bahia e Polo Sindical do Submédio São Francisco)



fala o POVO

Faltam duas semanas para as eleições de 15 de novembro, quando estaremos escolhendo novos governadores, deputados estaduais e, sobretudo, deputados e senadores constituintes. Desde 1946 não temos a oportunidade de eleger representantes para mudar nossa remendada, autoritária, confusa e discriminatória Carta Magna. Por isso mesmo, amigo leitor, é hora de pensar em quem votar. Escolher os candidatos a dedo para garantir um espaço de democracia em nosso país, para que possamos respirar um pouco e ter representantes que defendam nossos interesses de fato. Como diz a carta de Paratinga, Bahia, vamos escolher quem mostrou que é de luta e representa nossa vontade de mudar para melhor.

(Olivia Rangel)

Oposição sindical de bebidas da Bahia repudia o pelego

Nós, da Oposição Sindical de Bebidas, repudiamos veementemente a falta de respeito do atual presidente do nosso sindicato, Fernando Cardoso, que no seu informativo "O Barril" taxou os trabalhadores de mentirosos. Isso porque estes denunciaram através do boletim Garrafa e da imprensa que as empresas de bebidas pagam baixos salários, não zelam pela segurança no trabalho; que submetem os trabalhadores a estafantes jornadas; que não pagam adicional de insalubridade e periculosidade; que a alimentação é deficiente em quantidade e qualidade; que as CIPAS não atuam, etc.

Para o pelego Cardoso tudo isso não passa de calúnias e inverdades. Essa reação comprova o quanto ele está corrompido pelos patrões. Interessante é que, ele vive a chorar misérias dizendo que o sindicato não tem sequer dinheiro para lançar uma nota convidando os trabalhadores para as assembleias. Agora, quando se trata de encobrir a exploração dos patrões, ele não mede esforços e lança uma nota atacando os trabalhadores. Uma mancada feia!

Diante da omissão da diretoria do sindicato e visando amenizar a exploração, os operários da Antártica solicitaram a DRT uma fiscalização nas dependências da fábrica. Como saldo desta medida, apoiada pela oposição,

as horas extras foram proibidas e a empresa, que antes trabalhava com apenas duas turmas, teve que criar mais uma.

Mas a luta continua, pois das 10 horas de jornada os operários ficam duas horas sem remuneração. Os operários também reivindicam periculosidade e insalubridade. (Oposição Garrafa dos trabalhadores nas indústrias de bebidas - Salvador, Bahia)



Congelamento dos preços furou em Conceição do Araguaia

Este congelamento autorizado pelo governo da Nova República foi no início uma boa coisa para o consumidor. Só discordávamos do congelamento dos salários, que há mais de 20 anos já vinham sendo arrochados.

Mas no interior o congelamento dos preços furou, principalmente em relação aos produtos que o consumidor mais necessita. Enquanto os salários continuam arrochados com rigor, no sul do Pará as coisas funcionam de acordo com o velho costume de exploração do povo.

Onde está o boi? Todo mundo sabe que ele existe, mas não aparece nos açougues. E mesmo outros produtos desapareceram das prateleiras dos supermercados, como leite, ovos ou frango.

Em Conceição do Araguaia o prefeito tem distribuído tabelas de mercadorias mas falta pulso e coragem para que elas sejam respeitadas. Assim passamos trinta dias sem carne. E quem trabalha não tem tempo de ficar nas filas e mesmo assim elas são enormes.

Consideramos isso um verdadeiro desrespeito ao consumidor. Temos que nos organizar e dar uma res-



posta a altura a estes capitalistas que já fizeram de tudo para matar o povo de fome. E agora isso se agravou com a UDR e outras entidades comprometidas com esse grupo.

Outro sério problema que tem preocupado a população é a questão de água e luz. A água é mal tratada, falta encanamento na maioria dos bairros. E onde tem

encanamento falta água. A luz ainda está pior. Além de não ter em diversos bairros, falta muito. Mas a conta vem com certeza e muitos afirmam que é ainda maior do que quando tinha água e luz.

Queremos terminar conclamando os brasileiros, em especial os paraenses, a dar uma resposta no dia 15 de novembro votando naqueles

que já comprovaram que defendem os direitos dos trabalhadores, na luta pela aplicação e ampliação do PNRA e por uma Constituinte democrática e progressista que garanta os direitos dos trabalhadores. (Edivar de Gomes de Farias, presidente da Associação dos Moradores do Bairro do Emerêncio - Conceição do Araguaia, Pará)

Mulheres decidem apoiar Quércia

No dia 26 de outubro a União de Mulheres de São Paulo realizou uma assembleia visando preparar o II Encontro da entidade, a eleição da nova diretoria e a comemoração de cinco anos de vida e de luta.

A reunião teve dois momentos importantes: a discussão sobre as eleições para a Constituinte e a escolha do próximo governador e o início de avaliação de um destes cinco anos de atuação da União.

Fazendo um perfil das mulheres que participam da entidade chegou-se à avaliação que a maioria das sócias têm de 30 a 44 anos, com 2 a 3 filhos e exercem funções de empregada doméstica, faxineira ou diarista. As presentes falaram com emoção sobre a importância de sua

integração na entidade, tanto do ponto de vista de sua vida pessoal como de sua participação política na sociedade.

Lembraram das caravanas a Brasília para reivindicar o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, as manifestações de solidariedade internacional, em defesa da democracia, dos povos latino-americanos, palestinos, sul-africanos.

Rosana Salomão enfatizou "come foi difícil a gente se impor, por que queríamos lutar em defesa dos trabalhadores mas sem deixar de lutar pelos nossos direitos enquanto mulheres".

Outras sócias fizeram uso da palavra para destacar que depois da UMSP surgiram pelo Brasil fora outras entidades com o firme propósito

de trazer a mulher para a luta política.

Nelma, sócia de Campo Limpo, afirmou que a manifestação em defesa do congelamento dos preços e contra o ágio, que coincidiu com a manifestação dos trabalhadores metalúrgicos "indica que nossa luta está no caminho certo, pois é inseparável da luta dos trabalhadores".

Várias sócias e diretoras defenderam o apoio ao candidato Orestes Quércia como forma de garantir um governo comprometido com

as causas democráticas. "Isso é fundamental pois a conquista de nossos direitos passa pela suspensão do pagamento da dívida externa, pela garantia da reforma agrária e pela soberania nacional, já que em nossa história as grandes decisões políticas de nosso país foram tomadas sem a participação do povo", afirmou Adriana Gragnani, secretária-geral da entidade. (Maria Amélia de Almeida Teles - presidente da União de Mulheres de São Paulo)

Baianos acabarão com a oligarquia de ACM

Em 15 de novembro o povo baiano terá em suas mãos a grande oportunidade de pôr fim à oligarquia retrógrada liderada pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, e eleger um governo de tendência democrática e popular encabeçado pelo ex-ministro de Previdência Social, Waldir Pires.

Waldir, candidato da coligação "A Bahia Vai Mudar", formada pelo PMDB, PC do B, PDT, PCB e PSC assume uma postura mudancista, propondo a realização de transformações profundas em nosso Estado, priorizando a educação (a Bahia tem 4 milhões de analfabetos e os salários dos professores está entre os mais baixos do país), saúde, alimentação, agricultura e habitação. Enquanto isso, Josaphat Marinho, candidato da

coligação formada pelo PDS, PFL e PTB, caracteriza-se como continuador da desastrosa administração de João Durval Carneiro.

O PC do B joga importante papel para concretizar a vitória das forças democráticas baianas. Entende que a derrota de Antônio Carlos Magalhães é um triunfo do povo baiano e um profundo golpe nos setores direitistas alojados no PDS e no PFL a nível nacional. Conclamamos também o povo baiano a votar em parlamentares de luta. Em especial Javier Alfaya, para deputado estadual e Lidice da Mata para Constituinte. Ambos defendem bandeiras progressistas e populares e ajudarão a Bahia a mudar! (Paulo Roberto Campos - presidente da Comissão Municipal do PC do B - Paratinga, Bahia)

Moradores de Vila Carrão exigem pavimentação

Os moradores das ruas Santo Eugênio e São Luís do Carrão, transversais à Avenida 19 de janeiro, em Vila Carrão, vêm exigindo de há muito, inclusive com abaixo-assinados, a pavimentação das mesmas.

Perplexos com o abandono das ruas, travessas de uma avenida, corredor de acesso ao centro e a outros bairros, eles pedem medidas urgentes quanto ao serviço de esgotos e asfalto, evitando o aparecimento de ratos, baratas e outros insetos prejudicando a saúde das crianças e a tranquilidade dos moradores.

A situação se tornou mais grave quando um bebê de 10 meses foi inor-

dido por um rato e outros roedores apareceram nos vasos sanitários de algumas casas. Além do risco que correm as nossas crianças, que brincam em valetas de esgoto a céu aberto, os moradores repudiam publicação no Diário Oficial do Estado de 20 de agosto de 1983 considerando essas ruas como asfaltadas e assistidas pelas autoridades competentes.

Nós, moradores, que contribuimos com impostos, e não vimos até a presente data o retorno de nossas contribuições, exigimos nosso reconhecimento como cidadãos com direito a condições dignas de vida. (Moradores de Vila Carrão - São Paulo, SP)

Leia e Assine
Tribuna Operária

Talão de Assinaturas Pág. 9

Pedalando pelo Nordeste

Dois operários mosso- roenses se transformaram nos campeões nordestinos de ciclismo. Um, baixo, magro, branco, analfabeto - **Ratinho**, ou Leonildo Teixeira de Lira. De seus 21 anos de idade, 12 foram consertando bicicletas nas oficinas dos outros. O outro, Fernando Benevides, tem 24 anos e é carpinteiro, trabalhando por conta própria.

Ratinho diz que seu trabalho "é difícil. Serviço tem dia sim e dia não. Só vivo procurando as bicicletas dos colegas para ajeitar. Não dá para ganhar nem o salário". Com o pouco que ganha, ele tem que se manter e garantir a manutenção da bicicleta.

É preciso denunciar que as peças para bicicleta estão caríssimas e a cada dia duram menos. Os ciclistas vivem trocando e consertando peças. "Eu me esforço nas oficinas para batalhar as peças e montar a bicicleta", diz **Ratinho**. Um pneu tubular (próprio para competição) ou uma bicicleta custam os olhos da cara. Daí o ciclista pobre tem que improvisar.

"Tem que ter bicicleta e alimentação boas para correr bem. O problema da gente é esse", lamenta o ciclista. "A gente treina 100 km um dia, e no outro não dá para treinar. Quando chego do treino, de acordo com o dinheiro da oficina, eu como pão com café. A gente sente muito o esforço que faz. Alimentação de atleta tem que ser boa, tem que ter repouso. Precisa de verba e apoio bom para o esporte se desenvolver no meio da juventude", depõe o campeão nordestino. **Ratinho** ficou em segundo lugar, e Fernando Benevides ficou em primeiro na prova de João Pessoa a Natal - um percurso de 100 km.

VITÓRIAS ESTIMULANTES

Mas a conquista de boas colocações não alterou a vida dos dois atletas operários.



Ratinho: operário e ciclista

Serviu de estímulo para novas conquistas - em janeiro, **Ratinho** ficou em quarto lugar na prova ciclística do Recife. Esperam se destacar o suficiente para conquistar o patrocínio de alguma empresa - a opção que o capitalismo impõe aos que buscam dedicar-se ao atletismo e não nasceram em berço de ouro. Essa perspectiva atende a muito poucos brasileiros. Coloca-se a necessidade de lutar por transformações mais profundas em nosso país, possibilitando o acesso ao esporte para a ampla maioria da população. Até lá, **Ratinho** e Fernando continuam a difícil batalha pelo "pão de cada dia". (Grupo de apoio "Manoel Torquato" da T.O., Mossoró, RN)

A epopéia de Canudos

Há 90 anos, em novembro de 1896, 100 soldados, sob o comando de Manuel Ferreira, atacaram uma comunidade camponesa baiana. Apesar da superioridade em armas, os militares foram derrotados. Começava a resistência armada de Canudos. Cerca de 5 mil famílias - seguidores do religioso Antônio Conselheiro - repeliriam os ataques do Exército por quase um ano.

A versão oficial da História apresenta os habitantes de Canudos como um "bando de sertanejos fanáticos". Mesmo na época, os órgãos de imprensa ligados ao latifúndio, ao governo, aos industriais e à Igreja referiam-se dessa maneira aos seguidores de Antônio Conselheiro. Mas, como afirma Rui Facó em seu "Cangaceiros e fanáticos", Canudos é "uma expressão da rebeldia sertaneja à prepotência dos latifundiários, reflexo de uma luta de classes em sua fase superior - a luta armada".

Antônio Vicente Mendes Maciel era filho de camponeses cearenses. Devido às precárias condições de existência, ele saiu das terras de seus pais e foi para Pernambuco, onde foi preso em 1876 mas libertado em seguida, por falta de provas para as acusações - até hoje imprecisas - de que era alvo. Nesse mesmo ano, Antônio vai para a Bahia. Extremamente religioso, ganha adeptos com suas pregações, ao tempo em que constrói igrejas, muros de cemitérios e barragens, juntamente com seus seguidores. Em 1877, a Diocese da Bahia acusou Antônio de subversivo.

Mas o proselitismo do religioso aumenta o número de seus fiéis, que peregrinam de cidade em cidade. Temendo a concorrência de uma nova seita, o arcebispo da Igreja Católica na Bahia ordena, em 1882, que os párocos impeçam as falanges de Antônio - já então chamado de Conselheiro - e proíbe os católicos de ouvi-lo. Em vão. O número de discípulos de Antônio Conselheiro aumenta mais e mais.

Canudos era um desafio para os latifundiários

Em 1883, o governo republicano dá aos municípios o direito de cobrar impostos. Cartazes com a determinação governamental são colocados nas feiras e locais públicos. Ora, os moradores do interior viviam - e em muitos locais ainda hoje vivem - completamente desassistidos pelos órgãos públicos. Nunca eram lembrados. No entanto, teriam que pagar impostos... Conselheiro rebela-se contra essa determinação. Juntamente com seus fiéis, arranca os avisos sobre impostos das paredes e os incendeia em praça pública. Uma força policial, com 30 homens, foi reprimir o movimento, mas acabou massacrada. Devido a esse episódio, Conselheiro passou a ser chamado de "monarquista". Mas seu movimento religioso antecede à proclamação da República, e mesmo durante a Monarquia Antônio fora preso e persegui-



Prisioneiros em Canudos (acima) pouco antes de serem degolados pelas tropas oficiais (ao lado)

do...

Após a repressão ao movimento contra o imposto, em 1883 o grupo religioso começa a construir Canudos, numa fazenda abandonada, para escapar às perseguições policiais que a vida peregrina atiçava. A comunidade chegará a ter 5 mil casas, com cerca de 30 mil pessoas. Em "Os sertões", clássico de Euclides da Cunha que narra esses acontecimentos, o autor informa que a população vivia de acordo com uma espécie de comunismo primitivo. Havia a "apropriação pessoal de objetos móveis e das casas, comunidade absoluta da terra, das pastagens, dos rebanhos e dos produtos das culturas, cujos donos recebiam exigua cota-parte revertendo o resto para a companhia". Ali plantava-se mandioca, milho, feijão, batata; eram criadas vacas, cabras e carneiros. Roubo, alcoolismo e outras faltas eram punidas com expulsão. E em Canudos mesmo eram construídos os instrumentos de trabalho, como facões e foices, e também de luta, como espingardas e até a pólvora.

A comunidade florescia, tornando-se um desafio para o latifúndio. No Brasil da época, de 15 milhões de habitantes, eram pouquíssimos os proprietários de terras. E os latifundiários temiam o exemplo daquela povoação próspera. A edição de 30 de janeiro de 1897 do jornal "O País" deplora a ida para Canudos de "sertanejos fanáticos pelo interesse, que para ali se dirigiam acreditando na idéia do comunismo, tão apregoada por Conselheiro".

Antônio Conselheiro era o líder religioso. Mas Canudos era muito mais do que Antônio Conselheiro. A comunidade, ciente de que seria atacada pelo governo de latifundiários, organizou-se para a defesa. Antônio Foguetiero cuidava do recrutamento de rapazes para a luta armada. Chico Ema cuidava da vigilância. Antônio Beato, do policiamento. Tiago,



Macambira, Nicolau Mangaba e André Jibóia, da espionagem das tropas inimigas. O curandeiro Manuel Quadrado era o responsável pela saúde; João Abade ficava com o comando geral de operações e Pajéu com a chefia das operações militares.

Os militares não quiseram nenhum sobrevivente

Foi assim que aqueles sertanejos - antes de tudo, fortes (como escreveu Euclides da Cunha em "Os sertões") - enfrentaram durante quase um ano a quatro expedições militares, comandadas pelos generais mais renomados da época, vencendo três desses enfrentamentos. No total, 8 mil soldados investiram contra Canudos. O próprio ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt, foi à Bahia acompanhar de perto a quarta expedição, que exterminaria a comunidade.

A selvageria dos militares contra os camponeses não

conheceu limites. Eis como Euclides da Cunha narra a derrota de outubro de 1897: "Canudos não se rendeu... resistiu até o esmagamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5 ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados".

Antônio Conselheiro, que falecera dias antes, foi desenterrado para ser decapitado pelas tropas governamentais. Todos os prisioneiros - a comunidade sobrevivente - foram degolados, inclusive mulheres e crianças. Nada deveria ficar para a memória daquele povoado que, no sertão baiano, alcançara condições dignas de vida - um acinte à estrutura agrária do país, que submeteu o trabalhador rural a uma vida inumana. Mas apesar da sanguinolência dos poderosos, a lembrança de Canudos permanece viva, a demonstrar para todos o potencial revolucionário do sertanejo. (Carlos Pompe)

Livros marxistas

MARX	
O 18 de Brumário de Louis Bonaparte	54,00
Origem do Capital	35,00
Salário, preço e lucro	15,00
MARX E ENGELS	
Manifesto do Partido Comunista	12,00
A Comuna de Paris	16,00
LÊNIN	
Sobre os sindicatos	35,00
O Estado e a Revolução	38,00
1905 - Jornadas revolucionárias	20,00
A revolução proletária e o renegado Kautsky	35,00
PCdoB	
Constituinte - Propostas do PCdoB	20,00
O revisionismo chinês de Mao Tsetung (J. Amazonas)	10,00
Albânia, horizonte vermelho nos Bálcãs (L. Manfredini)	80,00
PCB/PCdoB - dois caminhos opostos (R. Lustosa)	2,00

Pedidos com o envio de cheque nominal no valor da compra para a Editora Anita Garibaldi, Av. Brig. Luis Antônio, 1.511, CEP 01317, São Paulo, fone 251-2729.

Tribuna Operária

Semanário Nacional.

Faça já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo.

- Anual (52 edições) Cz\$ 260,00
- Anual popular (52 edições) Cz\$ 130,00
- Semestral (26 edições) Cz\$ 130,00
- Semestral popular (26 edições) Cz\$ 65,00
- Anual para o exterior (dólares) US\$ 70

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ CEP: _____

Estado: _____

Profissão: _____

Data: _____

Recorte este cumpom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Lt. Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - S. Paulo. CEP: 01318

Tribuna Operária

- Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TLOBR. Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.
- ACRE** - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69000.
- ALAGOAS** - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobrelaje, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
- AMAZONAS** - Manaus: Rua Simom Bolívar, 231, (ant. Praça da Saúde) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.
- BAHIA** - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Ilhéus: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro - CEP 45600. América Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: Rua Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500. Salvador: Rua Conselheiro Junqueira, 49, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (pré-linha antiga Cimes) - CEP 43700.
- DISTRITO FEDERAL** - Brasília: Edifício Ynacio IV, sala 312 - CEP 70102.
- CEARÁ** - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguatu: Rua Floriano Peixoto, 308 - 2º andar - CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.
- ESPÍRITO SANTO** - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000. GOIÁS - Goiânia: Rua 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.
- MARANHÃO** - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.
- MATO GROSSO** - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.
- MATO GROSSO DO SUL** - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000. Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. PIAUÍ - Teresina: Rua Desembargador Freitas, 1.459 - Fone: 222.2044 - CEP 64000. PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigarinho Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 53300. Recife: Rua do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000. RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Duodécimo, 776 - Cidade Alta - RN - CEP 59000. RIO GRANDE DO SUL - Bento Gonçalves: Rua 7ª de Agosto, 50 - CEP 95100. São Carlos: Av. São Carlos, 130 - sala 405 - CEP 92010. Caxias do Sul - sala 405 - CEP 92010. Caxias do Sul - sala 405 - CEP 92010.
- Sul: Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: Rua Voluntários da Pátria, 1066 - CEP 96015. Cachoeirinhas: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. Ijuí: Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s. 23, 2º andar. RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000. SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000. SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saravia, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Oviedo Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.
- A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Past-Up e Fotoarte: Editora Operária Ltda. Fone: 35-8233. Imprensa: E. L. J. J. Fone: 815-4999 - São Paulo - S.P.



Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Colabore para o fortalecimento da imprensa operária.

LÍDER CAMPONÊS NA MIRA DA UDR

Foto: Francisco Messias



Manifestação da Fetaeg pela reforma agrária, em Goiânia: o protesto contra a violência

O latifúndio, além de ameaçar, mata

Os dados abaixo são resultado de um levantamento, ainda incompleto, do Ministério da Reforma Agrária. A Nova República ao menos publica estatísticas a respeito, embora nada tenha feito para deter a escalada da violência. Na lista sinistra, que inclui crianças e mulheres, inclusive uma grávida, é a prova de que o latifúndio não está blefando em relação a Divino.

DATA	NOME	LOCAL	OBSERVAÇÕES
3/1	Iósio Muritami	SP - Itanhaém	Trabalhador rural (TR)
3/1	Pedro Antônio de Oliveira	MG - Salinas	TR
5/1	José de Melo Filho (Pernambuco)	MT - Sinope	TR morto por pistoleiros da gleba Sto Antônio
6/1	Manuel Alves dos Santos	PE - Barreiros	TR morto por pistoleiros na Fazenda Engenho Mascate
8/1	Não identificado (NI)	MT - Pontes e Lacerda	empregado da Fazenda São Felipe
9/1	Almino Souza Maia	RO - Pimenta Bueno	delegado morto
15/1	Fernando Luís Gomes da Silva	GO - Cabeceira	fazendeiro morto por policial
15/1	Amaro Cardoso de Matos	GO - Cabeceira	casero do Sítio Capivari morto por pistoleiro
17/1	José Lino de Araújo	SP - São Paulo	TR
25/1	Valter G. de Carvalho	MG - Paracatu	TR
26/1	Paulo Roberto Silva Gomes	MS - Campo Grande	TR morto por PM (após tortura)
27/1	Aldi Alves da Silva	MG - Sabidãopolis	TR morto por fazendeiro
27/1	Paulici Pereira da Mata	MG - Sabidãopolis	TR morto por fazendeiro
30/1	Eicht Pereira Nogueira	MT - Pontes e Lacerda	TR da Fazenda Guaraparã
31/1	Severino Santos	PA - Conceição do Araguaia	TR - suicídio
31/1	Ciro Osmar Richard	RS - Alegrete	TR - suicídio
-/1	Osmar Petermann	RS - Tucunduva	Índio morto por pistoleiro da Gold Amazon
-/1	Carlos Pedro Fernando Machado	AM - S. Gabriel da Cachoeira	Índio morto por pistoleiro da Gold Amazon
-/1	Carlos Fernandes Machado	AM - S. Gabriel da Cachoeira	Índio morto por pistoleiro da Gold Amazon
-/1	Maria Machado	AM - S. Gabriel da Cachoeira	Índio morta por pistoleiro da Gold Amazon
-/1	NI	RO	TR
-/1	NI	RO	TR
-/1	NI	RO	TR
-/1	NI	PE - Escada	TR
-/1	Baianos	PA - Conceição do Araguaia	TR morto por pistoleiro da Fazenda Dimas
-/1	Antônio dos Santos	MG - Virgínia	TR morto por fazendeiro
-/1	Maria Rita dos Santos	MG - Virgínia	TR morta por fazendeiro
2/2	Maria de Cruz Vieira	MG - São Domingos do Prata	TR morta por fazendeiro
19/3	Divino João de Deus	MG - São Domingos do Prata	TR morto por fazendeiro
2/2	João Leite	MG - São Domingos do Prata	TR morto por fazendeiro
3/2	Edson dos Santos	PA - Marabá	gerente da Fazenda Abaeté
3/2	Armando Conceição de Oliveira	BA - Sta Maria da Vitória	fazendeiro morto por pistoleiro
12/2	José Ferreira Gonçalves	BA - Sta Maria da Vitória	fazendeiro morto por pistoleiro
5/2	Claudson Rodrigues de Souza	MA - Imperatriz	comerciante morto por pistoleiro
7/2	Irandi Pereira da Silva	SP - Perulbe	TR do Sítio São Francisco
11/2	Manuel A. S.	PA - Xinguara	peão morto por pistoleiro da Fazenda Surubim
13/2	Sinval Geraldo Diogo	BA - Nova Viçosa	TR
14/2	Israel Buiamão	BA - Redenção	TR morto por pistoleiro da Fazenda Sta Teresa
23/2	NI	MT - Sinope	TR morto por pistoleiro
23/2	NI	MT - Sinope	TR morto por pistoleiro
25/2	Ângelo Batista Henrique	BA - Cameté	TR
26/2	NI	PE - Goiana	TR
-/2	NI	MG - Virgem da Lapa	TR morto por policial (após tortura)
4/3	Paulino de Souza Andrade	PA - Altamira	TR morto por pistoleiro
5/3	Luis Antônio do Nascimento	SP - Perulbe	pistoleiro morto em emboscada
6/3	Assunção Vieira (menor)	SP - Perulbe	pistoleiro morto em emboscada
5/3	Lázaro C. dos Santos (menor)	SP - Perulbe	pistoleiro morto em emboscada
6/3	NI	GO - Colmeia	TR morto por pistoleiro da Faz. Vale do Juari
6/3	NI	GO - Colmeia	TR morto por pistoleiro da Faz. Vale do Juari
6/3	NI	GO - Colmeia	TR morto por pistoleiro da Faz. Vale do Juari
6/3	NI	PA - Rio Maria	TR morto por pistoleiro da Faz. Vale da Serra
9/3	Vitorino D. Mendes	MS - Mundo Novo	peão morto por policial (após tortura)
19/3	Olimpio Souza Calixto	PA - Redenção	peão morto por pistoleiro da Faz. Acapu
19/3	NI	PA - Conceição do Araguaia	fazendeiro
19/3	Edvaldo Ramos Carvalho	PA - Xinguara	TR morto por pistoleiro da Faz. Ouro Verde
23/3	José Vieira Sobral	PA - Rio Maria	fazendeiro morto na Fazenda Canalã
23/3	Engutí	MG - Viradouro	TR morto por fazendeiro
24/3	Vantuil Dias Paes	MG - Viradouro	TR morto por fazendeiro
24/3	João Dias Paes	MG - Viradouro	pistoleiro morto por pistoleiro
25/4	Itacilio Cicero Batista Faria	GO - Colmeia	policial morto na Gleba Sararé
25/4	Tenente Cruz	MT - Pontes e Lacerda	fazendeiro morto por pistoleiro
29/3	José Calheiros Pedrosa	AL - Jundiá	vigia morto por pistoleiro
29/3	Manoel Domingos Filho	AL - Jundiá	TR morto no Sítio do Avaré
31/3	Severino Rufino da Penha	PE - Glória do Goitá	TR
-/3	NI	PE - Ipimirim	pistoleiro morto na Gleba B
-/3	NI	PA - Xinguara	TR morto no Projeto Tucumã
-/3	NI	PA - São Félix do Xingu	garimpeiro
-/3	NI	MT - Aripuanã	garimpeiro
-/3	NI	MT - Aripuanã	garimpeiro
-/3	NI	MT - Aripuanã	garimpeiro
-/3	NI	MT - Alta Floresta	garimpeiro morto por PM
-/3	NI	MT - Alta Floresta	garimpeiro morto por PM
-/3	NI	MT - Alta Floresta	garimpeiro morto por PM
-/3	NI	MT - Alta Floresta	garimpeiro morto por PM
-/3	NI	MT - Alta Floresta	garimpeiro morto por PM
-/3	NI	MT - Alta Floresta	garimpeiro morto por PM
-/3	NI	PA - Xinguara	empregueiro morto na Fazenda Dina
-/3	NI	PA - Xinguara	pistoleiro morto na Fazenda Dina
-/3	NI	PA - Xinguara	pistoleiro morto na Fazenda Dina
-/3	NI	PA - Xinguara	pistoleiro morto na Fazenda Dina
-/3	NI	PA - Xinguara	pistoleiro morto na Fazenda Dina
-/3	NI	SC - Mafra	TR morto por pistoleiro da Faz. Espigão do Bugre
5/4	Matias José Lisboa	PA - São Félix do Xingu	peão morto por pistoleiro da Fazenda Panoelã
10/4	Antônio Moreira Diniz	BA - Ribeira do Pombal	TR morto por fazendeiro
12/4	NI (mulher)	MG - Frei Gaspar	TR morto por fazendeiro
16/4	Maria Rosa Passos	MG - Frei Gaspar	fazendeiro
16/4	Jorge Passos	MG - Frei Gaspar	fazendeiro
16/4	João Pereira de Souza	MG - Frei Gaspar	fazendeiro
16/4	NI	SC - Urubici	TR morto por pistoleiro da Faz. Rio Tavares
26/4	Israel de Rosa	PE - Carpina	TR morto pelo dono do Engenho Vassouras
29/4	Inácio Manoel da Silva	PE - Carpina	TR morto por pistoleiro da Faz. Ivipitá
29/4	Luis Antônio de Oliveira	RO - Vilhena	Índio morto por pistoleiro da Faz. Ivipitá
-/4	NI	RO - Vilhena	Índio morto por pistoleiro da Faz. Ivipitá
-/4	NI	RO - Vilhena	Índio morto por pistoleiro da Faz. Ivipitá
-/4	NI	RO - Vilhena	Índio morto por pistoleiro da Faz. Ivipitá
-/4	NI	RO - Vilhena	Índio morto por pistoleiro da Faz. Ivipitá
-/4	NI	RO - Vilhena	Índio morto por pistoleiro da Faz. Ivipitá
-/4	NI	RO - Vilhena	Índio morto por pistoleiro da Faz. Ivipitá
-/4	NI	RO - Vilhena	Índio morto por pistoleiro da Faz. Ivipitá
-/4	NI	RO - Vilhena	Índio morto por pistoleiro da Faz. Ivipitá
-/4	NI	RO - Vilhena	Índio morto por pistoleiro da Faz. Ivipitá
-/4	NI	RO - Vilhena	Índio morto por pistoleiro da Faz. Ivipitá
-/4	NI	RO - Vilhena	Índio morto por pistoleiro da Faz. Ivipitá
-/4	NI	RO - Vilhena	Índio morto por pistoleiro da Faz. Ivipitá
-/4	NI	RO - Vilhena	Índio morto por pistoleiro da Faz. Ivipitá
6/5	Valdevino Alves de Souza	PA - Xinguara	peão morto por pistoleiro da Faz. Esp. Santo
6/5	Manoel Ferreira dos Santos	BA - Maraú	TR morto por pistoleiro da Fazenda Bacado
6/5	Ronildo Ferreira dos Santos	BA - Maraú	TR morto por pistoleiro da Fazenda Bacado
6/5	Rosival Ferreira dos Santos	BA - Maraú	TR morto por pistoleiro da Fazenda Bacado
9/5	José Cairo Sobrinho	MT - Pontes e Lacerda	pistoleiro morto na Fazenda Primavera
9/5	Sebastião Teodoro da Silva	GO - Augustinópolis	pistoleiro morto por pistoleiro
10/5	Josimo Moraes Tavares	MA - Imperatriz	padre morto por pistoleiro
14/5	Vicente Salas	BA - Itupiranga	empregado de fazenda morto por pistoleiro
14/5	Adalberto Pereira de Souza	BA - Itupiranga	fazendeiro morto por pistoleiro
14/5	Maria Antonieta Pereira de Souza	BA - Itupiranga	fazendeira morta por pistoleiro
17/5	Antônio Fontenele Araújo	MA - Lago do Junco	TR morto por pistoleiro da Fazenda Alegria
17/5	José Inácio da Silva Filho	MA - Timon	pastor batista morto por pistoleiro
21/5	Josael de Lima	BA - Barra	técnico em educação morto por pistoleiro
25/5	Luis Jesus Campos	MG - Conceição do Pará	peão morto por pistoleiro da Faz. Sta Ernestina
-/5	NI	PA - Santa Luzia	TR morto por pistoleiro da Fazenda São José
-/5	João	SP - Pedro de Toledo	TR morto por pistoleiro
3/6	NI	PA - Santana do Araguaia	TR morto na Fazenda Agropecus
3/6	NI	PA - Santana do Araguaia	TR morto na Fazenda Agropecus
3/6	NI	PA - Santana do Araguaia	TR morto na Fazenda Agropecus
3/6	NI	PA - Santana do Araguaia	TR morto na Fazenda Agropecus
6/6	Brás Domelles	PA - Xinguara	TR morto na Fazenda Agropecus
6/6	Manoel Joaquim Fernandes	GO - Araguaina	gerente morto na Fazenda Marajara
9/6	Manoel Veríssimo Neto	CE - Trairi	TR morto por pistoleiro da Fazenda Jandaíra
9/6	Francisco Veríssimo do Carmo	CE - Trairi	TR morto por pistoleiro da Fazenda Jandaíra
9/6	Raimundo Veríssimo Mauro	CE - Trairi	TR morto por pistoleiro da Fazenda Jandaíra
9/6	José Gilson Nicolau (Seixão)	CE - Trairi	pistoleiro morto na Fazenda Jandaíra
9/6	Manoel Nascimento Lopes	BA - Valença	TR morto por PM na Fazenda Boa Vista
10/6	América Rodrigues da Silva	MS - Três Lagoas	TR morta em despejo de um acampamento
26/6	Claudson Antônio da Silva	PR - Tibaji	fazendeiro morto por pistoleiro
-/6	NI	PA - Acará	TR morto por pistoleiro da Fazenda Coletina

“Deixe de incitar invasão de terras. Do contrário a sua vida está correndo perigo, porque nós da UDR já contratamos pistoleiros para eliminá-lo”. O recado transmitido num telefonema anônimo, mostra bem as intenções dos latifundiários para com o jovem Divino Goulart, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg).

O telefonema, feito na quinta-feira, dia 23, às 16:30 horas, e atendido por um funcionário da Fetaeg, não é a primeira ameaça contra a vida de Divino (que é também dirigente nacional da CGT, Central Geral dos Trabalhadores, e vice-presidente da Contag, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Afinal, Goiás é o berço da UDR - a força de choque dos poderosos da terra contra a reforma agrária, constituída no ano passado e suspeita, entre outros crimes, de haver mandado matar o padre Josimo Tavares, que atuava no Bico do Papagaio, no norte do Estado.

Diante das ameaças contra a vida do líder camponês, os dirigentes da CGT e de diversos sindicatos de trabalhadores rurais tentaram, em vão, marcar uma audiência com o governador Onofre Quinam - para exigir das autoridades garantias de vida. Por insensibilidade do governo, a audiência não foi marcada até o fechamento desta edição.

Nesta entrevista exclusiva para a Tribuna Operária, Divino Goulart revela o sentido político das tentativas de intimidação e denuncia o envolvimento da União “Democrática” Ruralista com a violência no campo.

“No início rondavam a minha casa. Depois pressionaram a minha família. Pistoleiros já foram vistos pelos vizinhos...”

TO. Quando começaram as ameaças contra você?

Divino. Começaram há mais de 20 dias. No início rondavam a minha casa e depois passaram a pressionar a minha família. Pistoleiros já foram vistos por vizinhos e por pessoas que trabalham perto de minha casa. Já chegaram até mesmo a invadir a sede da Fetaeg de Agredora, à minha procura.

TO. A que você atribui estas atitudes?

Divino. Eu atribuo tudo isso à luta que travo em favor da reforma agrária e também devido à minha participação no Conselho da Sudam, onde sou conselheiro representando a Contag. Neste Conselho estão em jogo interesses poderosos, principalmente de latifundiários de diversos cantos do país e até de empresas multinacionais. No Conselho são aprovados os estudos que “transformam” latifúndios em empresas rurais, o que deixa, em consequência, essas propriedades fora da reforma agrária. Além disso, o financiamento dado a estas empresas é muito grande, sem falar dos incentivos fiscais e isenções do imposto de renda. Tudo isso pode ter tido influência nessas ameaças que eu venho sofrendo.

TO. Você vê alguma ligação entre as ameaças e as atividades da UDR?

Divino. Sei que estas perseguições à minha pessoa têm ligação com a UDR. Essa entidade foi criada para combater as idéias progressistas, para combater a reforma agrária, combater a luta dos trabalhadores. Eu, como

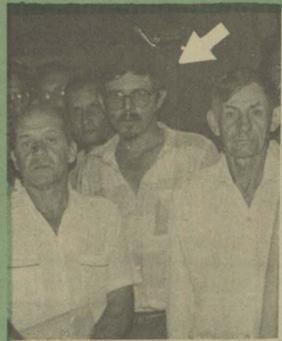


“Não é simplesmente uma vida que está em jogo”

A notícia de que Divino Goulart está ameaçado de morte repercutiu com força na sede da Contag em Brasília. Aloisio Carneiro, primeiro tesoureiro da entidade máxima dos trabalhadores

rurais, informa que esta pediu imediatamente uma audiência com o ministro Paulo Brossard: “Solicitamos por duas vezes audiência com o ministro da Justiça, mas não fomos atendidos. Falta determinação para resolver esta situação”, queixa-se.

Aloisio assinala que “não é simplesmente uma vida que está em jogo, mas a vida de uma grande liderança do movimento camponês de Goiás, dada a atuação da Fetaeg, que tem levado e assumido com grande garra a luta dos trabalhadores. Se acontecesse alguma coisa com Divino, isso abalaria todo o movimento camponês”. Os dirigentes da Contag deixaram no Ministério da Justiça um documento relatando a situação criada em Goiás.



Aloisio Carneiro, da Contag

defensor dos trabalhadores, sei que isto é considerado crime por parte daqueles que querem continuar nos massacrando.

ela está por trás destas ameaças contra minha pessoa.

TO. O que está sendo feito para denunciar as ameaças que você vem sofrendo?

Divino. Olha, eu tenho recebido uma solidariedade muito grande, principalmente dos companheiros dirigentes de sindicatos de trabalhadores rurais, bem como de sindicatos urbanos e da CGT, estadual e nacional. Já enviamos telex denunciando as ameaças aos ministros da Justiça e da Reforma Agrária. Agora estamos tentando uma audiência com o governo do Estado de Goiás para exigir garantia de vida. Eu entendo que não estão ameaçando a minha pessoa simplesmente, mas a um líder sindical que representa em Goiás mais de 1 milhão de trabalhadores rurais e a população em geral, mais de 10 milhões de camponeses.

“Sou contra a UDR e tenho colocado muito espinho no caminho dessa entidade. Sei que ela está por trás das ameaças”

Sei que neste momento mesmo a UDR não está satisfeita comigo. Sou contra a UDR. Não concordo com as idéias da UDR e faço tudo para denunciar os crimes da UDR. Sei que tenho colocado muito espinho no caminho dessa entidade. Por isso sei que

Francisco Messias, da sucursal